O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sexta reunião extraordinária, em 27/11/2007.

Abertura.

Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36/2007.

Apreciação da ata.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura da ata, por ter sido distribuída antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do artigo 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação a ata da 5ª reunião extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2007.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Passa-se ao Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na representação das 2 Casas do Congresso por unanimidade.

Expediente.

Conforme solicitação do Deputado Regis de Oliveira, apresentada na 11ª reunião ordinária, realizada em 27 de junho de 2007, coloco em votação a dispensa de leitura dos expedientes.

Na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

Determino ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo que a lista com os expedientes foi encaminhada por correio eletrônico aos membros das Lideranças partidárias nesta data.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - No final da sessão da sexta-feira próxima passada, fiz uma ponderação acerca das emendas inadmitidas, em decorrência da correta análise feita pela Consultoria associada à posição assumida por V.Exa., no que diz respeito à interpretação da Resolução nº 1 e seus desdobramentos.

Ponderei a V.Exa. naquele momento quais seriam os passos seguintes para, diria, em grau de recurso, as bancadas terem oportunidade de restabelecer suas emendas com base no art. 148 da Resolução nº 1.

Nesse sentido, quero fazer em forma de recurso a V.Exa., não como questão de ordem, mas tentando dialogar com V.Exa., a partir da realidade posta, de uma situação vivenciada, e partindo do princípio que o objeto central da Resolução nº 1 é impedir que uma obra possa ter interrupção e mais ainda, a Resolução nº 1 procura, de forma contundente e responsável, fazer com que a alocação de recursos possa ser precedida de enorme cautela, para que a obra possa ter continuidade. Portanto, se a preocupação é essa, imaginem o fato de termos uma obra em curso, diferentemente de uma obra nova, e repito que a resolução solicita que tomemos todos os cuidados para que o aporte de recursos garanta a finalização desse empreendimento ou dessa obra, quanto mais numa obra em curso, cuja apresentação de novos recursos, se suspensa ou inviabilizada, colocará esse empreendimento em total suspensão ou possibilidade de execução, o que seria uma condenação prévia ao descumprimento à resolução e de imediato à não execução dessa obra.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero citar as situações das emendas. Vou recorrer a um outro recurso, que é um recurso visual, porque a idade já vai obrigando.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Estou acompanhando com muita atenção a sua proposta e quero sugerir que V.Exa. a faça depois da votação da matéria na Ordem do Dia, certo?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Aguardamos a votação do relatório do PPA e, na seqüência, e V.Exa. aprecia esse recurso. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Ordem do Dia.

Pauta nº 36/2007.

Item 1.

Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011.

Relator, Deputado Vignatti.

Foram apresentadas 4.209 emendas. Voto favorável nos termos do substitutivo apresentado.

O Relator está com a palavra para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores presentes, quero pedir autorização ao Presidente e ao Plenário, se for possível também.

Está ruim o som. Vou me dirigir ao outro microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço ao controlador de som que regule o microfone do Relator, que ora apresenta microfonia e ora não tem som.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Srs. Deputados, quero pedir autorização, se for possível, tendo em vista que o relatório é conhecido de todos, já tendo sido apresentado e publicado, fazer um resumo, sem a necessidade de lê-lo todo. Se houver concordância por parte de todos, assim vamos proceder.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não havendo objeções do Plenário, esta Presidência concorda com a sugestão levantada por V.Exa. de resumir a leitura do relatório, focando os pontos fundamentais.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, primeiro quero dizer que trabalhamos da forma mais democrática possível na construção deste relatório. Tentamos ouvir todos os Deputados e Senadores, as suas reivindicações, as suas sugestões, o ponto de vista das bancadas e os interesses de cada Estado. Adaptamos inclusive, do ponto de vista do atendimento aos Srs. Deputados e Senadores, muitas vezes, o recurso que foi disponibilizado em atendimento das bancadas e distribuído de forma proporcional entre as 5 emendas, com anuência do coordenador da bancada, atendendo mais emendas que pudessem ser de interesse da bancada.

Construímos também, ao longo desse período, o atendimento a uma questão que parecia uma anomalia para Comissão do Orçamento, porque, pela primeira vez, havia um Anexo de Metas construído, porque assim a resolução também o permitiu, com emendas de Deputados, Senadores e de bancadas.

Atendemos o Anexo de Metas no relatório principal, discriminando situação por situação no Anexo de Metas e todas as emendas atendidas, avaliado e construído pelo Comitê de Emendas desta Casa, dando toda autonomia para que o comitê pudesse inclusive avaliar toda a questão do Anexo de Metas sobre o procedimento.

Atendemos também todas as questões orientadas pelo Comitê de Emendas no que se refere à admissibilidade ou não das emendas. Tentamos fazer o máximo possível e ainda estamos dispostos, se alguma emenda foi inadmitida pelo comitê, se houver alguma correção a fazer até o final da votação desse relatório, a fazer as correções devidas . Queremos garantir, de fato, que nenhuma bancada, naquilo que apresentou do ponto de vista da emenda, possa ter algum tipo de problema de admissibilidade.

Apareceram alguns problemas ainda remanescentes, tendo em vista o Anexo de Metas, a apresentação das emendas que têm caráter separado, porque o constante do Anexo de Metas estão sendo atendido exatamente como foi apresentados e já combinado com algumas bancadas como, por exemplo, a do Piauí, que deve fazer destaque para recompor os recursos no atendimento das possíveis distorções que existam no valor atendido pelas devidas bancadas.

Para o PPA, mandado para cá pelo Presidente Lula, tivemos oportunidade de fazer 9 audiências públicas no Brasil inteiro e de construir várias sugestões, as quais as bancadas, muitas vezes, transcreveram como emenda de bancada ao PPA. Muitas vezes, Deputados e Senadores, acataram sugestões que vieram da sociedade de seus Estados nessas audiências, como ocorreu inclusive no Estado da Paraíba, que transcreveu de forma numérica e também de forma textual para o relatório do PPA.

Estamos pedindo inclusive que a Consultoria da Casa consiga fazer esse cruzamento todo para conhecê-las exatamente. Conhecemos todas que foram levantadas, porque acompanhamos junto com o nosso Relator Geral do Orçamento, José Pimentel, o debate em todos os Estados, num trabalho de relatoria conjunta nesse processo todo.

Também acatamos no nosso relatório um trabalho minucioso, de grande habilidade, do Senador Francisco Dornelles, nosso Relator do Comitê de Receita, que fez um trabalho que, com certeza, é um dos mais precisos no levantamento da realidade da receita e da projeção de receita, numa projeção real da receita atual para os próximos 4 anos.

Foi isso o que pudemos acolher de emendas de Deputados e Senadores, de bancada e de Comissões.

Dividimos da seguinte forma: 50% para atendimento de emendas de bancadas do recurso, distribuído por aquele critério que não fui eu que fiz, mas que esta Casa fez na Comissão de Orçamento, que é o estabelecido e atende a bancada a de cada Estado, pelo tamanho e pela população; 25% para atendimento de emendas de Comissões e 25% para atendimento de emendas individuais. Dessa forma, foi possível atender uma emenda de cada Senador e de cada um dos 360 Deputados que apresentaram emendas nesta Comissão.

(O Presidente faz soar as campainhas.)

Ainda estamos abertos ao atendimento de outras reivindicações que possam existir por parte dos Deputados e Senadores desta Comissão até o final deste debate a fim de fazer as devidas correções, tendo em vista que o destaque só pode ser apresentado por Deputados e Senadores membros desta Comissão.

O cenário também desenhado na questão do PPA, Sr. Presidente, já explícito e apresentado, trabalha com 3 grandes eixos: a política social, a política de desenvolvimento da educação no Brasil e a política do crescimento e da aceleração do crescimento econômico, porque veio toda a construção do PAC, pela primeira vez, de forma organizada do ponto de vista da política de gerenciamento por parte do Governo Federal, com 10 grandes finalidades descritas no PPA de forma correta.

No que se refere ao cenário macroeconômico, o PPA desenha também, já conhecido por todos, um cenário extremamente favorável...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu peço silêncio aos presentes para podermos ouvir devidamente o relatório que está fazendo o Deputado Vignatti sobre o PPA.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Nesse cenário macroeconômico, o relatório desenha uma construção muito positiva para os próximos 4 anos no Brasil, com crescimento continuado, com fortalecimento das políticas públicas nacionais e com redução gradativa da taxa SELIC nacional e com controle inflacionário também. Dessa forma, nós descrevemos, como tive oportunidade, os investimentos que vão acontecer no setor privado e no setor público nesses 4 anos no Brasil. São investimento que, com certeza, vão colaborar muito mais com um crescimento maior inclusive do previsto se continuar do jeito que está sendo construída toda a aplicação dos recursos federais e da organização da economia nacional.

Do ponto de vista, Srs. Senadores, Srs. Deputados aqui presentes, de criação de programas, nós acatamos e construímos junto com a Consultoria as sugestões da construção de 2 programas no PPA. Um, é transformar o PPA, que é o Programa com a Pequena Agricultura brasileira, que atinge e pode contribuir com 4,5 milhões de contratos no Brasil da agricultura familiar na aquisição de alimentos, de um programa orçamentário para um programa finalístico. O outro é um programa de mobilidade urbana, tendo em vista as sugestões que vieram de vários Estados, como, por exemplo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, na questão do transporte urbano articulado, que é o transporte coletivo feito por metrô ou por trem urbano. A criação desse programa foi derivada do processo de emendas e também do processo de articulação das várias bancadas, que, necessariamente, precisava criar um programa desses no PPA para garantir a oportunidade de acolher as várias emendas, inclusive uma delas bem destacada pela bancada gaúcha, através do seu coordenador, aqui presente, que é o TRANSURB de Porto Alegre.

Nesse sentido, Sr. Presidente, nós apresentamos o nosso relatório com as erratas identificadas a partir do Comitê de Emendas, que estão distribuídas de forma textual a todos no dia de hoje, com a contribuição do próprio Governo quando da discriminação das funções programáticas do Ministério da Educação e também dos Anexos 1 e 2, pela aprovação parcial de todas as emendas.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu concluo a minha apresentação resumida desse relatório sem necessariamente lê-lo, no que tive a concordância por parte do Plenário na tarde de hoje.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero reconhecer o trabalho do Consultor Fidelis, que teve a responsabilidade de coordenar pela primeira vez um projeto dessa envergadura, e de toda a Consultoria. A Consultoria trabalhou todos os finais de semana, inclusive nos finais de semana dos feriados de finados e do dia 15.

Registro ainda que precisamos trabalhar de forma conjunta; nós precisamos criar um outro sistema de informática nesta Casa. Nossos programas de informática atrapalharam e estão atrapalhando os relatórios, porque não comporta os dados e informações. Nós precisamos fazer o cruzamento desse sistema todo, renová-lo e construir um programa único. O relatório do PPA foi feito a partir de um juntado 3 programas e isso demorou demais, impedindo, muitas vezes, a oportunidade de melhorar o atendimento do que a Consultoria, os Deputados e este Relator gostaria de fazer.

Agradeço também, Sr. Presidente, a V.Exa. pelo belo trabalho que fez na condução desse processo e na colaboração com este Relator e a todas as bancadas e Deputados que ajudaram a construir de fato um entendimento para a elaboração dessa importante peça do PPA, que, sem dúvida nenhuma, é uma das melhores da história do Brasil, o qual pode desenhar um dos melhores orçamentos dos próximos 4 anos neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agradeço ao Deputado Vignatti as referências à minha pessoa e aos demais companheiros da Comissão de Orçamento. Devo dizer que tudo, esse resultado positivo, a forma rápida e expedita com que trabalhamos, só foi possível graças à cooperação das bancadas aqui representadas...

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, sem querer interromper, nós não estamos ouvindo muito bem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - ...e ao trabalho e apoio técnico que nós tivemos da Consultoria e dos demais funcionários que trabalham na Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO - Sr. Presidente, não queria interromper V.Exa. não, muito pelo contrário, só queria ajudá-lo. Quando V.Exa. estava falando, aqui ninguém estava ouvindo. Aqui parece Calcutá; é uma feira, é complicado; um falando ao telefone, outro falando aqui. Ninguém está ouvindo uma coisa tão importante, que é o PPA. O Relator fez uma bela exposição, mas nós não estamos ouvindo. Aqui está complicado, Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu quero, mais uma vez, renovar o apelo insistente que venho fazendo não só nesta, mas em todas as reuniões, no sentido de se guardar o silêncio quando houver um orador na tribuna. Até porque o orador não quer falar para as paredes; quer falar para as pessoas presentes aqui. Então, eu quero renovar esse apelo a todos os companheiros aqui presentes.

Está em discussão o relatório.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar... Tenho uma dúvida. O prazo de destaque é após o final do debate. Tem muita gente inscrita? Porque eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. pode, no curso dos debates, apresentar o seu pedido de destaque.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Pois é, vou fazê-lo, embora entenda que o Relatório apresentado pelo Deputado Vignatti seja uma peça econômica e uma peça jurídica. Quero cumprimentá-lo pela trabalho que teve, até porque eu participei de algumas audiências públicas, especialmente no Estado de Rondônia, e vi a retidão levada a esse debate.

A minha preocupação, porque não sei se tem muita gente inscrita, porque tenho destaque a fazer, é terminar de falar e acabar o prazo para a apresentação. Mas eu quero ressaltar alguns pontos importantes do PPA.

Um deles, que é importante para um país que precisa crescer, é que aponta um crescimento sustentável. É importante que o Estado brasileiro aponte um percentual de crescimento que, pelo que está aqui, é o superior dos últimos 20 anos. É importante esse fator positivo de otimismo, e a economia brasileira vem respondendo a esse otimismo sustentabilizando esse crescimento, principalmente no tocante ao aumento do consumo médio das famílias brasileiras. Diferente do que era no passado, quando o setor exportador era o setor predominante da renda nacional, hoje, quem está mobilizando, quem está motivando esse desenvolvimento em bases sustentáveis é o consumo das famílias; é o chamado mercado consumidor de massa, coisa que nós perseguimos durante muito tempo. Durante o movimento sindical, se procurou isso durante muito tempo, dialogando com todos os Governos do passado, mas, só agora há uma resposta positiva por parte do Presidente Lula, que, ajustando a economia brasileira, fez com que esse consumo crescesse e se sustentasse ao longo do tempo.

Esse movimento de consumo, Sr. Presidente, se dá através de dois fatores importantes, também apontados no PPA. Um é o aumento do investimento, que vem crescendo a uma média superior à média dos últimos 20 anos. A outra é a redução da taxa de juros. Chegaria, no final de 2011, que é o último ano do PPA, talvez à taxa de juros mais baixa que o País teve desde o golpe militar de 1964; a uma taxa pequena de juros. Em face dessa taxa pequena de juros, ocorrem 2 fenômenos, que são o aumento da renda e o aumento do emprego e, como conseqüência disso tudo, o aumento no investimento.

É preciso pontuar algumas ações importantes, como o investimento na compra da produção familiar, visando fortalecer a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, a segurança alimentar de boa parte... Na verdade, é o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o PPA, e o apoio ao desenvolvimento urbano de municípios de médio e de pequeno porte.

Então, são ações que reputo da mais alta significância em face dessa necessidade que tem o Estado brasileiro de garantir a permanência da família produtora, da família camponesa no campo, a partir do momento em que ela passa a ter uma renda maior pela sua produção.

Outro aspecto que quero destacar é o que tem os olhos voltados para a Região Norte. A Câmara Federal acabou de realizar na semana passada o I Simpósio Nacional da Amazônia. Foi unânime, nas mesas que foram realizadas na Câmara Federal, a necessidade de sustentabilizar o desenvolvimento da Amazônia no aspecto do equilíbrio ambiental e social, e várias ações, Sr. Presidente, nobre Relator, contempla o seu PPA.

Só quero ressaltar, e vai ser fruto de uma emenda que será destaque de redação, que, para que esse equilíbrio ambiental e social na Amazônia possa ser preservado, uma instituição muito importante, que tem praticamente mais de 20, são as escolas de família agrícola. Durante muito tempo, essas escolas vêem perseguindo junto ao orçamento público a necessidade de ter uma rubrica própria. Vários Parlamentares, inclusive eu, apresentaram, como emenda ao PPA, a possibilidade de criação de um programa que permita às escolas de famílias agrícolas receberem emendas diretamente, ou de bancada ou individual.

Algumas dessas emendas foram acolhidas parcialmente. No entanto, no relatório, não sei se por erro de quem o digitou, se redirecionou essas emendas para o PRONERA. Uma emenda que eu apresentei coloca como um programa excepcional não existente, porque o PRONERA visa contemplar uma finalidade, e as escolas de famílias agrícolas não são atingidas pela finalidade do PRONERA. Eu gostaria que o Relator analisasse esse destaque que será feito para permitir a sustentabilidade das escolas de famílias agrícolas.

Uma outra se refere aos servidores federais no acesso ao plano de saúde. É uma emenda também apresentada à Lei Orçamentária e feita ao PPA para ampliar os recursos para os planos de saúde do servidor público através dos planos autogestionários. Os planos autogestionários são aqueles em que o próprio servidor público gerencia o plano. Ele tem um custo, um impacto pequeno no orçamento público; tem um alcance social imenso, porque facilita o acesso à saúde conveniada através de convênios feitos com os próprios planos de saúde autogestionários, pelos próprios servidores. Então, eu gostaria também que o Relator pudesse compreender essa necessidade, que foi expressa nessa emenda, e a analisasse.

Concluindo, Sr. Presidente, das 5 emendas da bancada de Rondônia, 3 foram acolhidas, e uma é sobre o Gasoduto Urucu—Porto Velho. Nós reputamos que o gasoduto tem a função fundamental de dar segurança energética a toda a Região Norte do Brasil, porque lá será construída a segunda hidrelétrica do País, que é a hidrelétrica do Madeira. No entanto, a persistência das usinas térmicas será necessária para garantir o abastecimento energético quando o regime hidrológico do Rio Madeira deixar de atender com segurança o sistema nacional.

O início e a conclusão do Gasoduto Urucu—Porto Velho... Compreendendo a dificuldade para fechar a equação entre a PETROBRAS e a ELETROBRÁS, mas a bancada de Rondônia disponibilizou essa emenda de bancada para que o Estado brasileiro, em função do interesse que tem a Amazônia de garantir não só a preservação ambiental como também a segurança e a qualidade de vida do povo amazônida, a conclusão desse gasoduto é muito importante para aquilo que no simpósio aqui feito foi debatido. Essa emenda foi acolhida parcialmente e eu gostaria que, nesse parcialmente, pudesse ser revista nossa posição.

Concluo, Sr. Presidente, verdadeiramente pontuando que este PPA, dos aprovados durante os 8 anos do Governo passado, que de maneira crítica vem tentando polarizar com o Governo do Presidente Lula, principalmente criando uma falsa comparação, creio até que esse desafio pode ser enfrentado por nós, que estamos sustentado esse Governo, colocar no papel e comprar os 2 Governos. Certamente, a população brasileira

reconhecerá, como vem reconhecendo, que este Governo é muito superior tanto no aspecto macroeconômico quanto no aspecto social. O Governo do Presidente Lula é consistentemente superior ao dos 8 anos dos tucanos, neoliberais ou qualquer coisa que o valha.

Por essa razão, Sr. Presidente, cumprimento tanto V.Exa. como o Relator pelo caráter técnico e político da apresentação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em continuação, com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

A pedido do orador, S.Exa. permuta com o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, nobre Relator, inicialmente cumprimento V.Exa. pelo trabalho que desenvolveu na elaboração do PPA, especialmente a iniciativa desta Comissão e o esforço do Relator, que ouviu as opiniões e contribuições produzidas nas diversas audiências públicas que se realizaram em todas as regiões do nosso País, inclusive lá no meu Estado, a Bahia. S.Exa. teve a oportunidade de contemplar parcela daquelas sugestões que surgiram nas audiências públicas. Portanto, Sr. Relator, cumprimento V.Exa., Deputado Vignatti, pelo trabalho.

Considero que essa experiência deve ser aprimorada para a LDO e o Orçamento dos anos seguintes, já que só daqui a 4 anos haverá oportunidade de se elaborar o PPA, essa peça estruturante, que define as ações para o próximo quadriênio.

Sr. Presidente, o Relator acatou emendas apresentadas pela bancada da Bahia, que fez emendas nas mais diversas áreas, mas eu queria ressaltar os aspectos estruturantes de algumas delas. Uma das demandas mais sentidas e debatidas no nosso Estado é a construção da Ferrovia Leste/Oeste. Esse é um pleito de tantos anos e, finalmente, a Bahia tem a perspectiva de ver essa obra realizada. Isso é, sem dúvida alguma, o principal e grande instrumento de desenvolvimento para o nosso Estado, especialmente para a região oeste da Bahia, que tem uma capacidade extraordinária de produção de grãos, e também terá benefício a mineração que está se desenvolvendo na região de Caetité, Brumado, toda aquela província mineral que recentemente foi descoberta no nosso Estado.

Sr. Presidente, quero ainda me referir ao acatamento de emendas que dizem respeito à infra-estrutura hídrica. Para quem é nordestino, para quem vive no semi-árido, é fundamental cuidar de oferecer água para o consumo humano, para animais e para a atividade produtiva. Sabemos que a terra do semi-árido é fértil, boa para produzir e o grande limitador é exatamente a falta de água. Então, ficamos satisfeitos em verificar, por exemplo, a previsão para a construção da adutora do rio São Francisco ligando o Município de Muquém do São Francisco a Wanderley; a barragem de Gasparino, no Município de Nordeste; obras do Brejo da Barra, essa muito bem tratada pelo Deputado Leão, já há bastante tempo nesta Casa; a barragem de Careta, no Município de Macururé e Chorroxó.

Quero destacar ainda, Sr. Presidente, a inclusão da emenda que prevê a construção do Parque Esportivo de Pituaçu.

A Bahia é complemente desprovida de infra-estrutura na área esportiva. Acabamos de verificar a tragédia que aconteceu no estádio da Fonte Nova no último domingo, quando 7 torcedores do Bahia perderam a vida, o que demonstra a precária situação de funcionamento do querido estádio. O grande desafio é dotar condições à Bahia, como a outros Estados da Federação, para abrigar jogos da Copa do Mundo, além de outras praças esportivas.

Então, louvamos a previsão para construir esse parque esportivo em Pituaçu um grande parque capaz de abrigar as diversas atividades esportivas, inclusive um estádio para abrigar jogos da Copa do Mundo, já que o entendimento que todos temos é o de que o Fonte Nova não terá condições de ser requalificado. Provavelmente, ele terá que ser demolido e outra praça esportiva terá que ser construída ali.

O Relator contemplou essa demanda. No entanto, nobre Relator, consideramos os valores destinados para essas ações muito pequenos. Podemos, naturalmente, ao discutir o Orçamento, verificar a ampliação desses valores, mas eles são absolutamente insuficientes.

Temos que fazer um esforço no sentido de ampliá-los nas ações vinculadas à infra-estrutura hídrica. O Nordeste precisa de um investimento forte, permanente e bem planejado para dar conta de uma infra-estrutura hídrica capaz de produzir o desenvolvimento que todos desejamos.

Solicito ao Relator, e seguramente destaques serão feitos em relação a essas emendas, que amplie esses valores a fim de dar segurança, convicção e certeza de que essas ações e esses projetos serão viabilizados. É para valer, e não apenas para constar no nosso PPA.

Outra ponderação que faço, nobre Relator, diz respeito a uma ação que considero muito importante e que, infelizmente, não foi feita emenda ao PPA e dificilmente poderemos contemplar, mas eu conversava aqui com o Deputado Walter Pinheiro, que é Líder do Governo nesta Comissão, que tem brilhado e procurado atender a todas as demandas e que é parceiro, conhece bem a realidade da Bahia, é baiano como eu e comprometido com o semi-árido, como todos os baianos, sobre a construção de uma adutora do São Francisco da barragem do Sobradinho a Campo Alegre de Lourdes.

Essa adutora é muito importante, porque vai atender a cerca de 60 comunidades em 3 Municípios: Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes. E mais: numa região de seca, de grande dificuldade de geração de emprego, essa adutora vai garantir condições para se instalar uma fábrica de fertilizante, de potássio — não é isso, Deputado Walter Pinheiro? — que, segundo as previsões, pode gerar, Sr. Presidente, 1.200 empregos diretos nessa região do norte da Bahia, na divisa com o Piauí, onde as opções de emprego e renda são muito escassa. Isso é algo extraordinário. Consumir ali 40 ou 50 milhões para atender a 61 comunidades e gerar 1.200 empregos consideramos ser uma ação absolutamente prioritária e urgente para um Estado com tantas carências, como é a Bahia.

Portanto, quero aqui fazer essas considerações e apelar naturalmente para a sensibilidade e para a criatividade e empenho do Deputado Walter Pinheiro no sentido de viabilizar condições para a realização da adutora de Campo Alegre de Lourdes para atender àquela comunidade, já que é um compromisso do Governador da Bahia, que esteve recentemente na região e assumiu o compromisso de dar prioridade à construção dessa adutora. O Ministro da Integração Nacional, que também é baiano e comprometido com nosso Estado e com a região, Geddel Vieira Lima, já anunciou a prioridade para a construção dessa obra, e nós aqui, na Comissão de Orçamento, temos o dever de criar as condições para a sua realização, já que é uma grande expectativa do povo do norte da Bahia, especialmente dos 3 Municípios aqui citados, Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, inicialmente, cumprimento o Deputado Vignatti pelo trabalho realizado e pela forma sempre gentil com que tem atendido os Parlamentares.

Gostaríamos de, pela importância para o Estado do Paraná das ações constantes das emendas de nossa autoria, tentar sensibilizar nosso Relator. Vamos apresentar destaques a respeito, com propostas importantes para o Estado do Paraná, como o projeto do metrô de Curitiba, a construção da infra-estrutura portuária em Paranaguá, tão necessária para o escoamento da produção da safra do Estado, e também para, entre outras coisas, a ligação ferroviária Ipiranga/Guarapuava. Essas são emendas de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado do Paraná, e destacaremos essas emendas que foram apresentadas e rejeitadas pelo nobre Deputado.

Desta forma, queremos também ressaltar que a inclusão da construção do aeroporto regional do oeste do Paraná, em Cascavel. Essa é uma obra muito importante para toda aquela região, foi incluída pelo nobre Relator, mas solicitamos um pouco mais de recursos, pois essa obra tem uma finalidade que não é só de desenvolvimento econômico e regional; ela é importante no que diz respeito à segurança nacional por ser aquela uma área de fronteira. Portanto, há a necessidade de construção de uma base aérea em Cascavel, que servirá também para o seu aeroporto regional.

Peço a atenção do nobre Relator para atender a essas demandas inseridas nesses destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Luiz Carreira.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARREIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, parabenizo o Deputado Vignatti pelo excelente trabalho realizado como Relator do PPA. S.Exa concluiu seu relatório de forma tranqüila e segura na medida em que possibilitou o entendimento entre as diversas bancadas e os Parlamentares, na busca do melhor para o País, evidentemente para a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros.

O PPA contou com o investimento pessoal do Relator, que ampliou a discussão para que todos pudessem participar; sobretudo, S.Exa. buscou o entendimento com seus colegas, o que contribuiu para o resultado satisfatório que permitirá mais tranqüilidade ao Governo nos próximos 4 anos em função do planejamento orçamentário adequado.

Dado o cuidado do Relator com questões das bancadas, vou mencionar algumas ações. No caso da Bahia, num trabalho coordenado pelo Deputado Walter Pinheiro, na condição de coordenador da bancada, e que contou com a participação do Daniel, que está aqui ao lado, discutiram-se os projetos prioritários para o Estado. A maior parte dos projetos está contemplada.

A construção da BR-235 obteve a manifestação uníssona de todos os Deputados da bancada. O trecho que liga Minas ao litoral da Bahia, trecho Caravelas/Alcobaça, que passa por uma zona de produção de papel e celulose, no extremo sul do Estado, cuja região é extremamente importante para a Bahia, foi contemplado.

A duplicação da BR-324, cuja capacidade de tráfego está completamente esgotada, foi contemplada com recursos do PPA. Também a construção de mais um trecho na BR-020, divisa da Bahia com Piauí. Na BR-030, um trecho da via que liga o Aeroporto de Campinas; na BR-235, mais um trecho. E a Ferrovia Bahia Oeste, destacada pelo Deputado Daniel, a qual hoje é prioridade do Governador Jaques Wagner, também foi contemplada pelo Relator.

Além dessas obras, cito o complexo de Pituaçu; a ampliação do Aeroporto de Barreiras; a continuidade da construção da Barragem de Gasparino; a implantação da primeira etapa do Projeto de Irrigação Mocambo, com 16.250 hectares, em Santa Maria da Vitória; os trechos rodoviários em Montalvânia, na divisa da Bahia; e a Barragem do Careta, entre os Municípios de Macururé e Chorrochó.

Destaco, especialmente, a construção de adutora do Rio São Francisco, entre Muquém do São Francisco e Wanderley. Porque nessas 2 cidades do Estado não há alternativa adequada para o abastecimento de água. Portanto, essa adutora mereceu do Relator tratamento especial muito mais pela importância de se levar essa água do São Francisco a uma região que não conta com qualquer outra alternativa de suprimento de abastecimento de água de boa qualidade, o que é necessário para a população daquela região.

A nossa emenda foi acatada parcialmente. Contudo, encaminho destaque em que peço a recomposição desses valores para os 2 primeiros anos, sobretudo para o primeiro ano, haja vista que o projeto do Executivo, que já está pronto, encontra-se nas mãos do Governo do Estado. Trata-se de obra urgente, tendo em vista o sofrimento bárbaro da população às voltas com falta d'água, o que tem criado grandes dificuldades para a população daqueles 2 municípios.

Para o Orçamento de 2008, acredito, o Deputado José Pimentel irá contemplar essa obra, para que se resolva problema de grande significado para o desenvolvimento daquela região e, de resto, para todo o nosso Estado.

Peço, portanto, ao Relator que dedique atenção especial à nossa solicitação. Porque, concentrando os nossos esforços nesse quesito, o Estado poderá fazer esse sistema de água que beneficiará região tão importante no nosso Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Antes de anunciar o próximo orador, peço aos presentes o mínimo de silêncio para que os oradores possam ser ouvidos com atenção.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Sr. Presidente, meu caro Relator, Deputado Vignatti, primeiramente, quero cumprimentar V.Exa. pelo relatório que apresenta a esta Comissão. Gostaria, até para ser sucinto, de dizer que estou fazendo destaque das emendas acatadas pelo Relator.

No entanto, há um problema com a emenda da BR-153, a da ponte sobre o Rio Araguaia. O Deputado Giovanni Queiroz, que está às voltas com o mesmo problema, estava tratando disso comigo agora há pouco.

O Relator destinou recursos que serão distribuídos nos próximos anos, mas para o ano que vem está a zero. Se não forem destinados logo os recursos ....

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - É do Anexo de Metas da LDO?

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Da LDO e do PPA.

A bancada do Tocantins fez emenda para essa fonte porque o Tocantins está trabalhando com licitação. Se não tivermos recursos no PPA e na LDO para atender, ainda este ano, a essa emenda de bancada, haverá dificuldades, apesar de S.Exa. ter atendido para os próximos anos.

Então, solicito a S.Exa. que atenda com algum recurso, pelo menos recursos para projetos.

Deixo este apelo a S.Exa. E não me refiro a essa emenda apenas, mas também a outras que foram atendidas, mas que para o próximo ano estão a zero. Que S.Exa. destine pelo menos 1 milhão para o atendimento de projetos. Se houver necessidade de remanejamento, faremos.

Tenho certeza de que o Presidente, que é tocantinense, assina comigo. S.Exa. é o meu ilustre convidado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Quero informar ao Senador João Ribeiro que o Relator está anotando todos os questionamentos para depois responder — depois do último orador.

O SR. SENADOR JOÃO RIBEIRO - Apresento o destaque, Sr. Relator, para que V.Exa. possa corrigir essa distorção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Senadores, gostaria de cumprimentar o Relator Vignatti pela lhaneza como encaminhou a formatação do relatório, em atendimento a demandas originadas de conversas e negociações por parte da Oposição, principalmente da bancada do PSDB.

Especialmente ao Sr. Relator quero dizer que o atendimento a uma dessas emendas, em particular a emenda individual, solicitada por mim, para destinação de recursos para a área de infra-estrutura aeroportuária, viabiliza mais recursos para a Emenda 0001.

Segundo, temos aqui uma questão para a qual chamo a atenção do Sr. Relator.

Trata-se de destaque que apresentamos para a área da saúde na região metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo, fruto de projeto da UNICAMP. Esse projeto estabelece plano de ação integrado entre 19 municípios na região metropolitana de Campinas e é capaz de garantir a articulação e a condução de uma política de saúde no âmbito do SUS. Esse destaque, que estamos apresentamos, é o de nº 0009, para o qual pedimos a atenção do Relator.

Do ponto de vista da bancada, temos algumas preocupações, Sr. Relator. Num dos movimentos do Plano Plurianual de Investimentos consta o Programa de Aceleração do Crescimento, que é uma inovação. Essa inovação não tivemos nos PPAs anteriores.

É importante que se diga que alguns destaques apresentados de nossa parte demandam a preocupação do Relator, que, imaginamos, poderá atendê-los.

O primeiro é o Destaque 00013, que, na verdade, mostra que a LDO é que determina as metas e prioridades da Administração. O PAC e o PPI, Sr. Relator, deveriam estar embutidos na LDO, e não o contrário. Essa emenda, ao suprimir essa possibilidade, garante que a LDO, efetivamente, determine as metas e as prioridades da Administração, e não o PAC e o PPI, conforme relatório de V.Exa.

O segundo é o Destaque 0001, Emenda 2366, que prevê o remanejamento tratado na LDO ano a ano. Isso, na verdade, precisa ser fruto de negociação permanente na LDO, e não autorizado para remanejamento nos 30% de dotação do PAC. É importante mantermos no Legislativo a possibilidade de negociação ano a ano, o que não está sendo possível com essa proposta de remanejamento autorizado em 30% das dotações do PAC. Portanto, esse é outro destaque que está sendo apresentado em nome da bancada do PSDB.

No que se refere à alteração da contrapartida por órgão, a LOA e, na verdade, a LDO precisam ser o caminho de autorização. Deveria ser mantida a autorização para a alteração dos limites mínimos de contrapartida por titular de órgão da Administração. Já que essa autorização extrapola determinações constitucionais e que a matéria deve ser efetuada por meio de envio da LDO e da LOA, sugerimos que essa alteração seja feita de maneira diferenciada. Razão pela qual apresentamos o Destaque 00015.

Quanto à autorização de empenho inserida no Destaque 00016, o Presidente da República, na argumentação de veto da MP 387, mostrou que o empenho também recebe normas da LDO e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que só não autorizam a limitação de empenho em transferências constitucionais.

Esse dispositivo, Sr. Presidente, nobre Relator, deveriam constar de uma lei complementar. E o próprio Presidente da República argumenta isso no veto da Medida Provisória nº 387. Portanto, a posição da bancada do

PSDB é na direção de que seja apreciado esse destaque, porque ele evita essa alternativa apresentada, na nossa maneira de ver, de forma equivocada da parte do Sr. Relator.

Existe também o relatório quadrimestral, que é o Destaque 00017. S.Exa. o Sr. Relator atendeu a uma emenda do Líder da nossa bancada, Deputado Antonio Carlos Pannunzio. Também apresentamos uma emenda. Nós propusemos bimestralmente, e o atendimento foi na forma de um relatório quadrimestral com ações e metas consolidadas.

Na verdade, a rejeição a emenda de minha autoria, pessoal (Emenda 2.366), também deveria ser revista; deveria ser atendida parcialmente porque tem o mesmo objeto da emenda anterior aceita por V.Exa.

Então, Sr. Relator, eram essas as considerações que gostaríamos de fazer, levando em conta outros destaques que apresentamos, que espero possam ser atendidos por V.Exa. no decorrer dos debates, na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tenho absoluta segurança e certeza de que a manutenção desses entendimentos, como foi feito até agora, seja o sucesso da aprovação da lei do Plano Plurianual de Investimentos. Vamos trilhar o bom caminho. Esta é a proposta, razão pela qual encerro aqui a minha manifestação, Sr. Presidente, esperando a consideração do Relator com relação aos destaques que apresentamos.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem. Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero avisar o Deputado Wellington Roberto que, se é para discutir, S.Exa. antes precisa se inscrever. Se é pela ordem, não há problema.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É só para relatar os destaques que acabei de apresentar nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem tempo para apresentar o destaque; não é problema.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Tudo bem. Vou aguardar, mas antes queria me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, creio que o esforço empreendido pelo Deputado Vignatti, obviamente que respaldado diligentemente por V.Exa., como Presidente desta Comissão, foi um esforço que acho que todos os Srs. Parlamentares podem, de certa forma, testemunhar pela qualidade do trabalho e, eu diria, até pela postura, pela conduta do nobre Relator Vignatti, uma figura sempre disposta a ouvir, uma figura permanentemente atenta aos apelos e às demandas das bancadas, aos interesses legítimos individuais dos Srs. e Sras. Parlamentares nesta Comissão.

Então, Sr. Presidente, nesse aspecto, tivemos, apesar de algumas situações atípicas, tranqüilidade para tratar essa matéria na Comissão de Orçamento. Quero parabenizar a condução de V.Exa., bem como o trabalho desenvolvido pelo Deputado Vignatti, pela consultoria, pela assessoria, de um modo geral.

Sr. Presidente, quero citar aqui algumas questões que são importantes frisar no PPA. Primeiro, esse conjunto de emendas que a bancada do meu Estado optou como sendo emendas prioritárias, mas que nós consideramos como estruturantes.

A BR-235 é importante rodovia de integração; sai do Piauí, passa pela Bahia e vai até o Estado de Sergipe, corredor de escoamento de produção agrícola. É uma demanda importantíssima essa rodovia, Deputado Vignatti. Ela atravessa alguns municípios baianos que não têm sequer condição de tráfego, mesmo com o uso de cascalho. Imagine: estou falando de acesso às cidades. No caso, a cidade é Uaua, na região de Juazeiro, na Bahia. E essa estrada é importante para o desenvolvimento econômico de toda aquela região. É reivindicação de 3 bancadas: Piauí, Bahia e Sergipe. Assim como a BR-135 é importante elo de ligação que sai de uma região de Minas Gerais e cruza o Oeste da Bahia, a BR-030. E, combinado com ela, temos a busca da resolução no que diz respeito à ponte entre Carian e Malhada, obra que já está em fase de conclusão mas que precisa ter resolvido o problema das suas cabeceiras. Do contrário, a ponte sobre o Rio São Francisco que liga a cidade de Malhada à cidade de Carian vai virar um bonito portal de cidade mas não uma boa ponte.

Sobre a BR-020 é importante dizer que atende a uma região agora há pouco reclamada pelo Deputado Daniel Almeida, no que diz respeito à adutora. Refiro-me à região de Campo Alegre, Remanso, Pilão Arcado, obra essa que de público quero dizer que assumo o compromisso do pleito feito pelo Deputado Daniel Almeida. Aliás,

também já havia aberto uma série de tratativas com o Ministério do Planejamento, buscando aportar recursos na dotação orçamentária nacional, do Ministério da Integração Nacional, para atender esse empreendimento, assunto que na tarde de ontem tive a oportunidade de discutir com o Presidente da CERBE, na Bahia, que é a empresa encarregada de elaborar o projeto, uma empresa estadual. Então a BR-020 é de suma importância. A bancada a priorizou no PPA, na LDO, e espero que sejamos contemplados nessas questões do Orçamento da União, que está sob o comando do companheiro José Pimentel.

Mas há outros pontos importantes, como a questão do complexo esportivo de Pituaçu localizado na cidade de Salvador. Agora, mais do que nunca, urge a consolidação desse complexo, para retirar os problemas hoje em torno do Fonte Nova, agora conhecido nacionalmente pela repercussão da tragédia ocorrida no último domingo, que todos lamentamos. Portanto, o complexo de Pituaçu é importante para desafogar o Estado, ao mesmo tempo em que propicia recursos para que se construa um novo estádio na cidade de Salvador, não só preparando a Bahia para a Copa do Mundo de 2014, mas também para oferecermos à cidade de Salvador uma praça esportiva em condições de atender a seu povo sem risco de mais acidentes, como lamentavelmente assistimos no último domingo.

O caso do trem metropolitano, que é a volta do trem de Alagoinhas a Salvador, lembro a possibilidade de integrar esse trem ao metrô de Salvador, que lamentavelmente tem um projeto errado. Apesar de o Governo Federal estar aportando recursos, o projeto está errado. O metrô foi para um lado que não deveria ir. Mesmo assim, o Governo Lula manteve os recursos para não largar mais uma obra inacabada na cidade de Salvador. O trem metropolitano, que estamos propondo, corrige esse erro porque liga o metrô ao trem suburbano, e, portanto, permite que a população de baixa renda tenha acesso ao metrô, assim como também devolve o trem de passageiros ao vetor importante de deslocamento de pessoal para o Estado da Bahia, fundamental para o desenvolvimento da região da Calçada, a Cidade Baixa, que seria impulsionando com a chegada desse trem. E ele impulsiona também o subúrbio ferroviário.

Por último, queria citar importante obra que colocamos no PPA e também na LDO, que é a construção de uma ferrovia, que, na realidade, é uma ferrovia nacional. Apesar de cortar, no seu maior trecho, a Bahia, ela é uma ferrovia nacional; aliás, internacional, porque o seu projeto original prevê a ligação do Atlântico ao Pacífico. Portanto, liga o Brasil, atravessa a América Latina e chega até o Oceano Pacífico. Essa ferrovia, que estamos chamando de Ferrovia Oeste, é de suma importância para o escoamento da soja, do minério de ferro, para o desenvolvimento das regiões de Caetité, Jequié, Brumado, da região oeste da Bahia, da rica região de Barreiras, mas também para estabelecermos uma relação de escoamento de produção e transporte de pessoal.

A Bahia apresentou essas emendas, e quero aqui fazer um apelo ao Relator, no sentido de que acate os destaques, fazendo essas correções, agregadas às barragens, às adutoras. É o caso da barragem de Gasparino, do abastecimento de água na região de Coronel João Sá, da barragem de Barroca do Faleiro, na região de Senhor do Bonfim, e da adutora do Muquém, no oeste da Bahia. É para permitir que a gente, de uma vez por todas, resolva o problema de abastecimento de água nessas importantes regiões do nosso Estado.

Eram essas as ponderações que gostaria de fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Obrigado Deputado Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Sr. Presidente, Deputado Vignatti, Relator, meus destaques são os de nºs 39, 42, 40, 41. Os de nºs 56 e 57 são do Deputado Alex Canziani. Trata-se da criação de 2 campi da Universidade do Amazonas — porque leva quase 10 dias para se chegar de barco. E, quanto aos meus, um é de para um hospital. Lá em Roraima só temos um hospital geral, perto da parte mais rica da cidade, mais urbanizada. Temos um projeto e há uma necessidade no Estado de se construir um hospital mais próximo das populações mais necessitadas. Gostaria de ressaltar bem essa emenda do hospital, a de nº 39.

E também para a BR-401 e a BR-210. A BR-401 liga São João do Baliza ao Pará. Essa estrada precisa ser construída; o caminho ainda é de barro. É uma região que produz muita banana, mas onde se perde muito produto agrícola por causa do transporte precário.

A outra é a estrada que sai do entroncamento da BR-410 e vai na direção da Guiana, em direção à cidade de Normandia, que é uma cidade muito antiga do meu Estado. A estrada nunca foi asfaltada.

Esses são os destaques mais importantes que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, temos aqui uma pequena dificuldade. A BR-316 é a rodovia que liga Belém ao resto do País, é a Belém—Brasília. Ela começa na BR-153, depois passa para a BR-316. Essa rodovia já está sendo duplicada há uns 10 anos. No entanto, o trecho duplicado é de apenas 80 quilômetros, até Castanhal. O que queremos? Queremos continuar a duplicação até o entroncamento de Salinópolis. Seriam mais 70 quilômetros, se tanto. Só que no PPA para 2008 o Relator colocou zero real. Zero! Então temos uma emenda para o Orçamento e S.Exa. não vai deixar que continue a duplicação dessa rodovia, que é extremamente importante. É um gargalho extraordinário.

Então, estamos destacando. E pedimos a S.Exa. que não só coloque, mas também remaneje de outro programa, de outro projeto, parte dos recursos já alocados, para esse projeto, que entendemos ser mais importante porque já está em andamento e, portanto, tem prioridade.

Sr. Relator, V.Exa. se esqueceu de Belém do Pará só porque fica longe? Aquilo está cheio de barbaridade! Se V.Exa. for conhecer a BR-316 vai gostar. Vamos duplicá-la!

Essa é a primeira questão.

Sr. Relator, Deputado Vignatti, a ponte sobre o Rio Araguaia, na BR-153, tem uma emenda minha e uma emenda do Senador João Ribeiro. V.Exa. acolheu, mas destinou zero também para o ano que vem. Apresentamos destaque para que V.Exa. aloque recursos para o projeto ambiental, fundação, sondagens etc.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Deputado Giovanni Queiroz, essas emendas estão no Anexo de Metas também da LDO?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Eu acredito que sim. Mesmo que não estivessem, uma vez que não foram acolhidas pelo Executivo, no Anexo de Metas da LDO...

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - No Anexo de Metas da LDO ficou zero para 2008, tendo em vista o acordo construído, que será resolvido ao final, no Orçamento, de forma diferenciada.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Então se atenderá, mesmo não estando no PPA?

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Isso. E repetidas no PPA.

Trabalhamos os recursos para os anos subseqüentes. No Orçamento 2008, o Relator Pimentel resolverá esses casos na hora da aprovação e da construção do Orçamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Então, o Deputado Pimentel será pai-de-todos e consertará esses desencontros? É isso? Tudo bem. Ficamos com o Pimentel.

Agora, peço que não encerremos a discussão. Caso contrário, será encerrado o prazo de emendas. E estamos ainda apresentando destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Há uma lista grande.

Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que transfira minha inscrição, porque 2 Deputados passaram mal e estou aguardando os seus destaques para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - V.Exa. pode repassar para o Item 17.

Com a palavra a Deputado Zé Gerardo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, uma vez que estou defendendo o destaque do nosso Líder Henrique Eduardo Alves, que ainda está em andamento, peço a V.Exa. que postergue meu nome para o final, porque o pessoal ainda está na fila e não deu entrada ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - V.Exa. o repassa para o Item 16.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Sr. Relator, peço a V.Exa. atenção para o acordo feito com a bancada do Piauí.

Apresentamos a Emenda nº 12460010, a qual era para ser de bancada, mas, por um equívoco, não foi mencionada nem na Errata.

Peço a V.Exa. que inclua essa emenda, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, uma vez que não sou membro desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Está resolvido.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - A segunda emenda, Sr. Presidente, trata da inclusão no PPA de um trecho de 27 quilômetros, que vai do Piauí, na Barragem de Boa Esperança, minha cidade, ao entroncamento da

BR-220, que parte de São João dos Patos, no Maranhão, à cidade de Floriano, no Piauí. Faltam apenas 21 quilômetros para interligar a BR-135. Passam pelo Piauí e adentram no Maranhão.

O segundo destaque é assinado pelo Deputado Marcelo Castro, do Piauí.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, serei muito rápido na minha intervenção.

Está havendo algumas distorções em relação à nossa querida Paraíba. Por esse motivo é que apresento os Destaques nºs 00105, 00104, 00103, 00102, 00101, 00100, 00099, 00098, 00097, 00096, 00095, 00094.

Nobre Relator Vignatti, peço a V.Exa. que olhe com bons olhos — e sei que os tem — esses destaques apresentados e os acate, porque a Paraíba ficou aquém. Se analisar de forma mais profunda, V.Exa. constatará que a Paraíba, realmente, está sofrendo uma distorção.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator do PPA, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, parabenizo o Relator Vignatti pela sua correção, pelo seu desprendimento, pela sua dedicação e pelo trabalho realizado na relatoria do PPA.

Nobre Relator, peço a V.Exa. atenção especial para o Destaque nº 38, que trata da Barragem da Atalaia, aprovada na LDO, de grande importância para o Piauí, porque tem como finalidade, além da perenização, a regularização do leito do Rio Gurguéia, principal rio do Estado do ponto de vista da agricultura.

Apresentei um destaque como emenda individual. Acordamos que ela seria contemplada, 1 entre as 10 emendas apresentadas por mim, mas não veio com o valor acertado, porque estava também na LDO; ou seja, ela deveria ajudar a fortalecer o recurso, mas dificultou.

Nobre Relator, já conversei com V.Exa. sobre essa questão, mas faço oficialmente esta observação.

Peço a V.Exa. também atenção ao Destaque nº 37, que trata da construção da BR-235, no Estado do Piauí, de grande importância. Essa via vem da Bahia, atravessa o Estado do Piauí, entra no Maranhão e vai por aí afora.

Esse destaque fez parte de um acordo que fizemos em nome da bancada do Piauí. Pelo mesmo motivo, por estar na LDO, não recebeu a quantidade de recurso acertado.

Peço também a V.Exa., Sr. Relator, atenção para a famosa BR-020 (Fortaleza—Brasília), idealizada por Juscelino Kubitschek, estrada de grande interesse não só para o Piauí, meu Estado, mas para todo o Nordeste brasileiro. Cinqüenta anos depois, lutamos ainda pela construção dessa estrada, a qual está concluída no Estado do Ceará, parcialmente no Estado do Piauí, faltando apenas uma pequena parte, ainda inexistente, no Estado da Bahia. A bancada da Bahia apresentou essa mesma emenda, a fim de ser construído o trecho de Barreiras até a divisa do Piauí.

Se conseguíssemos concluir essa estrada nos próximos 3, 4 anos do Presidente Lula, realizaríamos o sonho idealizado por Juscelino Kubitschek.

Tenho outras emendas importantes, mas não tomarei o tempo dos senhores Deputados e Senadores, porque elas não fizeram parte do acordo com V.Exa.

A BR-020 não faz parte do acordo que fizemos com V.Exa. Como a emenda é de 50 milhões para os 3 anos do PPA, e V.Exa. aprovou apenas 25 milhões, peço a V.Exa. que complete, porque trata-se de recursos necessários para a conclusão dessa importante BR.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Relator, o Senador Gilvam Borges e a Deputada Fátima Pelaes dividiram emenda que trata da revitalização e urbanização do Canal do Beirol. Chamo a atenção de V.Exa. para essa emenda, tão importante.

A Deputada Fátima Pelaes, a qual foi operada, e o Senador Gilvam Borges pediram que V.Exa. olhasse com carinho para essa emenda, que a aprovasse. Ela foi rejeitada. Mas o fato é que se trata de um projeto extremamente importante para o Estado do Amapá. Falo do Destaque nº 00145.

Sr. Relator, ainda complementando o relatório da Deputada Fátima Pelaes, S.Exa. menciona que o Canal de Beirol, com uma extensão de 3 quilômetros, é responsável pela macrodrenagem de uma área urbana de 5

quilômetros quadrados, na cidade de Macapá, inclusive pela drenagem de vários bairros: Jardim Equatorial, Muca, Beirol, Buritizal, Santa Rita. Pretende-se atender a uma população de 42 mil habitantes. A Deputada não consegue entender por que essa emenda, tão importante, não foi aprovada, tendo em vista que ela atende a todos os requisitos para sua aprovação.

Portanto, Sr. Relator, peço a V.Exa. atenção para o Destaque nº 00145, da Deputada Fátima Pelaes e do Senador Gilvam Borges.

Sr. Relator, o Estado do Espírito Santo tem sido prejudicado ao longo dos anos. Estou no quinto mandato como Deputada Federal e nunca vi tratamento igual a esse dado ao Estado do Espírito Santo, Sr. Relator. O Estado do Espírito Santo, que tem cerca de 3 milhões de habitantes, não consegue construir um hospital infantil; não tem um ginásio à sua altura; e o tráfico de drogas é crescente. E, quando pedimos a construção de uma vila olímpica para atender uma população de 400 mil habitantes, é a maior dificuldade aprovar as emendas da bancada do Espírito Santo. Já chorei por isso antes; todos os anos eu choro por isso aqui e mostro a realidade do aumento da violência no Estado.

Sr. Presidente, Deputado José Pimentel, a V.Exa., que fala tanto em mortalidade infantil, vou dizer que um hospital infantil atende a população de 3 milhões de habitantes do Estado do Espírito Santo e atende a população do sul da Bahia. Todo mundo sai do sul da Bahia para ser atendido no único hospital infantil da região, em Vitória.

Essa é a razão pela qual trago o apelo do nosso Governador, da nossa bancada. Foram aprovadas parcialmente as nossas emendas, mas, pelo amor de Deus, não adianta destinar 1 milhão de reais para a construção de um hospital; nós vamos ficar 20 anos construindo o hospital. As crianças que poderiam sobreviver, com certeza, morrerão na fase inicial da vida.

Além do hospital infantil, estou defendendo a destinação de recursos para a Vila Olímpica de Vila Velha e para a segurança pública.

V.Exa. quer que eu leia o número das emendas? *(pausa)* Todas? Vou ler: Hospital Infantil de Vitória — Emenda nº 1301.0003; segurança pública — Emenda nº 1301.0005.

O Governo Federal aprovou a criação de uma Escola Técnica Federal em Cariacica, Município com 350 mil habitantes. Disse antes ao Deputado José Pimentel, na presidência neste momento, que, no Estado do Espírito Santo, nós passamos 30 anos com uma única Escola Técnica Federal. Num Estado que tem petróleo, que tem minério, que tem agricultura avançada, as Escolas Agrotécnicas estão todas paradas, sem recursos, sem nada.

Portanto, nós estamos pedindo a complementação dos recursos federais. Depois de amanhã, o Presidente Lula estará no Espírito Santo e vai falar sobre a Escola Técnica Federal de Cariacica. E foi, inclusive, para atender a um pedido do Prof. Eliezer que nós complementamos, na proposta do Orçamento, a verba para a escola de Cariacica, para que ela não atenda apenas 100 alunos.

Também gostaria de dizer a V.Exa. que, tarde da noite, de madrugada, eu me equivoquei duas vezes, Sr. Relator. Na primeira, quando inscrevi a BR-482. Na verdade, é a BR-484. É uma rodovia pela qual lutamos há 30 anos, o Senador Gerson Camata e eu, aqui no Congresso Nacional. Essa BR-484 liga 14 municípios da região serrana.

Na segunda vez, havia solicitado recursos para Linhares e escrevi Cachoeiro de Itapemirim. Peço a retificação e a otimização dos recursos.

Solicito ainda verba para a construção de uma Escola Agrotécnica na região que abrange os Municípios de Santa Maria do Jetibá — o segundo maior produtor de ovos do País —, Domingos Martins, Santa Leopoldina, São Roque do Canaã e Santa Teresa.

Cito o número das emendas: 1301.0008; 1301.0007; 1301.0006; 1301.0005; 1301.0004; 1301.0003; 1301.0002; e 1301.0001.

Eu estou aguardando para defender os destaques de autoria do Senador Francisco Dornelles e do Deputado Henrique Eduardo Alves, que estão na fila. Peço que me inscreva novamente, Mirna, para que eu possa apresentar esses destaques.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o Deputado Zé Gerardo, do nosso Ceará.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERARDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, estou defendendo a Emenda nº 3122.0006, do Deputado Aníbal Gomes, que pede a construção, a reforma e a ampliação do hospital de Itapipoca, Estado do Ceará. Esse hospital é de grande valia, pois atende a população daquela região que engloba as praias e vai até Jericoacoara. É uma obra em andamento e deve ser atendida por essa emenda ao Destaque nº 172. Na realidade, nobre Relator, o destaque não foi atendido em nenhum momento. Peço que inclua, pelo menos, nos anos subseqüentes, para que aquela região do Estado do Ceará seja beneficiada.

Sr. Presidente, eu vou citar cada destaque. Vou ser rápido para passarmos à votação final. Os Destaques nº 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 são de minha autoria.

Peço especial atenção à emenda da infra-estrutura urbana da Região Metropolitana de Fortaleza, para melhorar a qualidade de vida daquele povo que se assenta ao longo do Rio Maranguapinho, dos riachos, em áreas degradadas, em favelas que precisam ser urbanizadas.

A segunda emenda é a de infra-estrutura urbana para o Município de Caucaia. É uma emenda de interesse da minha terra, onde nasci, que veio no Anexo de Metas da LDO. Peço não só ao Relator do PPA, mas também ao Relator da Lei Orçamentária Anual, o grande amigo José Pimentel, para que analise essa emenda com bons olhos. Essa emenda atende também a Vila Mosquito, a Vila Nova, os Bairros Potira II, Ciro Gomes e Patrícia Gomes, enfim, os grandes conjuntos habitacionais que cercam Caucaia e precisam de urbanização. Precisamos ter condições de levar a infra-estrutura urbana e a qualidade de vida para aquele povo, com calçamento e saneamento básico.

Nobre Relator, parabenizo V.Exa. pela presteza no atendimento, mas ainda é muito pouco, principalmente em relação a essa emenda para Caucaia. Vemos as dificuldades do povo pobre e humilde de Caucaia e precisamos atendê-los com a totalidade do que foi previsto na LDO e no PPA.

Peço também que nos atenda em relação aos Destaques nº 80, 79, 78, 77. Eu apresentei cerca de 16 destaques ao nobre Relator e peço que os atenda.

Sei que o lençol é curto, nobre Relator. V.Exa. tem feito muito, mas peço especial atenção para as emendas que citei, da Região Metropolitana de Fortaleza, e para as emendas da área de segurança pública do Estado do Ceará (do Programa Ronda do Quarteirão), da transposição dos canais, pois precisamos levar água aos pontos mais distantes, hoje abastecidos com carros-pipa, porque não há água para beber.

Peço ainda que me inscreva novamente, Mirna, para que eu possa defender as emendas do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Chaves.

Peço aos presentes que guardem silêncio para que os oradores possam ser ouvidos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - Sr. Relator, apresentei os Destaques nº 243 e 245, que se referem a 2 emendas que apresentei. Uma diz respeito à continuidade da implantação da Avenida Leste-Oeste, em Goiânia, Goiás. A obra dessa avenida foi iniciada há alguns anos, e já foram executados mais de 70% da obra. Portanto, é muito importante a liberação do restante dos recursos para sua conclusão. Como o próprio nome diz, a Avenida Leste-Oeste liga uma parte muito habitada da capital goiana (Jardim Curitiba I, II, III, IV) às demais regiões da cidade. Ela é de fundamental importância para a Capital. V.Exa. atendeu parcialmente a essa emenda e eu gostaria que ela fosse atendida em sua totalidade.

A outra emenda é referente à duplicação da BR-020, no trecho que compreende a cidade de Planaltina, Distrito Federal, até a cidade de Formosa, divisa de Goiás com o Distrito Federal. Essa duplicação já foi iniciada e existem recursos previstos no orçamento deste ano para essa obra. Portanto, ela está em fase de execução e queremos que seja concluída até 2009, conforme convênio celebrado entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Distrito Federal. Mas para que isso aconteça faz-se necessário o atendimento, por parte de V.Exa., da totalidade da emenda que apresentamos ao PPA.

São esses os pleitos que faço. Gostaria de parabenizar o Relator pelo trabalho tão importante referente ao Plano Plurianual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Manoel Júnior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JÚNIOR - Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, Sr. Relator, Deputado Vignatti, queria inicialmente parabenizar o jovem e brilhante Parlamentar por Santa Catarina pela dedicação e forma correta, transparente e lúcida como participou não só das audiências públicas, como também do encaminhamento às bancadas dessa peça importante para o planejamento do País nos próximos 4 anos.

Gostaria, Sr. Relator, de fazer algumas intervenções. Primeiro, com relação a uma emenda extremamente importante, apresentada pela bancada da Paraíba, com vistas à expansão do campus da Universidade Federal da Paraíba. Essa emenda, dentre as 5 emendas de bancada, foi uma sugestão do Senador José Maranhão e de todos os 15 Parlamentares da bancada paraibana. Infelizmente, o título da emenda saiu com defeito de forma. Refiro-me à Emenda nº 71160001, para expansão do campus da Universidade Federal de Santa Rita.

Estamos destacando-a, com a assinatura do coordenador da bancada, Deputado Wellington Roberto, até porque a intenção era a mesma, Sr. Relator. Temos uma emenda apresentada pelo Senador José Maranhão, emenda individual ao PPA, que trata da mesma matéria, ou seja, a expansão do campus da Universidade Federal de Campina Grande: Extensão do ensino superior — UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Pela emenda de bancada, a intenção é a mesma: expansão do ensino superior — UFPB. Obviamente, na hora de digitar, e no apagar das luzes, digamos assim: "Campos de Santa Rita". Mas não existe, Sr. Relator, Campos de Santa Rita na Paraíba.

Enfim, nós destacamos esta emenda, até para que a área metropolitana e a área de atuação da Universidade Federal de João Pessoa não fiquem prejudicadas, digamos, por esse defeito de nomenclatura dessa emenda.

Destacamos também, Sr. Relator, das emendas de minha autoria, dentre as 10 emendas, 3 emendas que foram rejeitadas. Uma emenda é extremamente importante, que é a emenda do Aeroporto Internacional e Regional de Cargas, na divisa entre Paraíba e Pernambuco. Esta emenda está respaldada em várias sugestões feitas na audiência pública que ocorreu na Paraíba, relativa àquela região, com participação de Parlamentares de Pernambuco e de pessoas que vieram de outros Estados. Na verdade, justifica-se, até porque Pernambuco e Paraíba sofrem de uma onda sísmica de desenvolvimento, que parte do Porto de Suape, que agora absorve investimentos do Governo Lula. Refiro-me à nossa refinaria, como também à chegada da Transnordestina, à renovação e reformulação do Aeroporto Internacional de Recife, à implantação e instalação de diversas empresas importantes que estão chegando aos Estados de Pernambuco e da Paraíba.

Efetivamente, Deputado Giovanni Queiroz, esses Estados precisam da logística de transporte, que é inapropriada nessas 2 Unidades da Federação.

Para se ter uma idéia, o Aeroporto Internacional de João Pessoa, Castro Pinto, não conta com um terminal de cargas. Nosso terminal é praticamente inexistente. Como também o Aeroporto Internacional de Recife, o dos Guararapes, não conta com infra-estrutura adequada para aportar, para recepcionar essa onda de desenvolvimento estratégico.

Eu me refiro ao Destaque nº 123. O Destaque nº 124 foi rejeitado por uma questão também de nomenclatura. Fala dos CEFETs. Na verdade, não é no plural; deve ser, sim, CEFET.

Em relação aos outros destaques, Sr. Relator, eu gostaria apenas de pedir um olhar mais apurado de V.Exa. no tocante ao Destaque nº 130, de minha autoria; ao Destaque nº 131, também de nossa autoria; e ao Destaque nº 132.

Se V.Exa. tiver como observar de forma mais precisa o Destaque nº 130, trata-se da Vila Olímpica de João Pessoa, um desejo antigo, também apresentado na audiência pública da Paraíba, que já consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. Efetivamente, João Pessoa deve, quem sabe, num futuro próximo, sediar eventos internacionais.

Esse é o interesse do nosso Estado, da nossa cidade, da nossa população. Essa Vila Olímpica, posta no Destaque de nº 130, vem justamente suprir essa necessidade do Município, diante dos investimentos do Governo Federal para os próximos anos, para dotar a nossa cidade e o nosso Estado de uma infra-estrutura capaz de sediar uma das passagens das Olimpíadas, se porventura um dia elas forem realizadas no Brasil.

Então, Sr. Relator, Sr. Presidente, quero parabenizar também a assessoria, a consultoria, tanto a do Senado como a da Câmara. Porque esses cidadãos são abnegados, são figuras que dedicam seu tempo e conhecimento ao bem do País. O trabalho de V.Exa. foi, digamos, burilado, lapidado, graças ao esmero e à determinação desses abnegados servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu cumprimento especial ao querido Relator, Deputado Vignatti.

Eu vou ombrear com os que manifestaram a alegria de contar com S.Exa. nesse relatório. Porque, como Membro do Comitê de Emendas, eu tive a oportunidade de estar mais próximo de S.Exa. E pude acompanhar o trabalho hercúleo que S.Exa. desenvolveu na elaboração do relatório.

Dada a forma como S.Exa. conduziu o processo de seu relatório, a confecção do mesmo, o atendimentos às bancadas, o atendimento aos Parlamentares, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, eu acho que haveremos de ter uma votação sem muitas dificuldades. Até porque eu, como a maioria dos que estão presentes nesta Comissão — com certeza isso será ratificado no plenário do Congresso —, vi que S.Exa. não tem muita margem para poder estender, não apenas pela quantidade de emendas, mas, acima de tudo, pelos valores das mesmas. Daí por que eu quero dizer que o relatório que S.Exa. fez, se não conseguiu satisfazer todas as propostas, pelo menos o fez com relação à grande maioria.

Espero que nós possamos dar esse importante instrumento de políticas públicas para o Governo, a fim de que possa promover a execução do seu projeto de desenvolvimento, possa executá-lo, e, acima de tudo, possa fazê-lo de forma célere. Sabemos que os entraves são grandes. Mas projetos como esses, de médio e longo prazo, de prazo quadrienal, dão os instrumentos necessários, as ferramentas indispensáveis, para que o Governo possa assumir compromisso mínimo no combate às diferenças inter-regionais e, principalmente, no fortalecimento do conceito de federalismo.

Aqui, Deputado Vignatti, com as emendas, com as sugestões que foram acrescentadas ao projeto original, principalmente do ponto de vista da representatividade de cada Parlamentar, concebe-se um plano que não será apenas do Governo Lula, mas de todo o País. Concebe-se um Plano Plurianual que não será apenas deste Governo, mas deste e de outros Governos. Cada Parlamentar teve a oportunidade de expressar, nas suas emendas, o sentimento de igualdade dos Estados e das Regiões, diante das diferenças que se sobressaem na peça original. Nós aqui estamos para votar algo que julgamos seja o melhor para o País, para a Nação brasileira. E esperamos que não haja vetos. Esperamos que o PPA que nós iremos votar seja objeto de execução, sem nenhum tipo de restrição da parte de um pensamento monocrático do Poder Executivo. Nós podemos dizer, Sr. Presidente, que fazemos e praticamos a verdadeira democracia. Porque as bancadas e os Parlamentares, que se fazem representar através do voto, podem, de forma individual e também em conjunto, decidir melhor do que os técnicos e burocratas do Governo.

Então eu aqui não faço um juízo de valor para a ou b. Mas, muitas vezes, percebo que não levam em consideração as diferentes Regiões neste continente que é o Brasil.

Por isso, eu queria pedir ao querido e nobre Relator, Deputado Vignatti, que pudesse atender a este humilde Parlamentar da Bahia, da Bahia sofrida, pertencente à região nordestina. Este mesmo apelo farei perante o Senador Leomar Quintanilha, com quem já tive oportunidade de conversar, para ver se podemos melhorar as nossas emendas, em especial 2 emendas, querido Relator, Deputado Vignatti.

Eu pediria a V.Exa. que tivesse atenção, até porque eu entrei com um destaque. Trata-se da Emenda nº 21, que prevê a construção de adutora no Município de Iuiú, que é uma obra que o Governo tem obrigação de fazer. Porque não se pode, em absoluto, fazer a transposição das águas do São Francisco e deixar de lado os Municípios ribeirinhos, cujas localidades estão a 4, 5 ou 6 quilômetros de distância, mas não têm sequer água para beber. Como é que se vai transpor água a enormes distâncias sem atender quem está pertinho do rio, mas que ainda não tem água nas suas casas, para dar de beber aos animais e à família?

Então, eu pediria que V.Exa., Relator, anotasse: trata-se do Destaque nº 21.

Sr. Relator, faço também um segundo destaque. E lembro que apresentei a V.Exa. somente 2 destaques, e gostaria de ser contemplado. São os Destaques nºs 21, de que eu acabei de falar, que trata da inclusão do Município de Iuiú, e 22, que é sobre a construção de contorno ferroviário no Município de Dias D'Avila. Como não poderia ser diferente, esse município é governado pela Prefeita Andréia Cajado Sampaio, minha querida esposa. E eu espero que sejamos atendidos, apesar de não ser muito do desejo dela, diante de todas as dificuldades que está tendo à frente da gestão municipal, como de resto ocorre com a maioria dos Prefeitos brasileiros. Mas eu tenho certeza de que essa perspectiva de iniciar a construção daquele Anel Ferroviário irá incentivá-la, assim como o povo de Dias D'Avila, que tanto precisa tirar a linha do trem do centro da cidade, a exemplo do que está

acontecendo na rica cidade de Camaçari e também em Simões Filho. Portanto, queria também estender esse benefício a Dias D'Avila.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu queria lembrar que o orador já excedeu em 2 minutos o tempo que lhe foi reservado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Presidente, para concluir apenas. V.Exa., com toda a diligência e gentileza que lhe é peculiar, me alerta. E eu concluirei em 2 minutos.

Os outros destaques, querido Relator, Deputado Vignatti, foram aprovados parcialmente. Portanto, peço a V.Exa. que recomponha o valor original. Trata-se dos Destaques nºs 319 e 318, que foram aprovados parcialmente. Isso, além dos destaques cujas emendas não por foram aprovadas, foram rejeitadas, que, repito, são os Destaques nºs 21 e 22.

Eu pediria que V.Exa. também atendesse a este humilde Parlamentar, que, com certeza, continuará a fazer elogios a V.Exa. pelo trabalho e, principalmente, pela dedicação ao relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Senador José Maranhão, nosso ilustre Presidente; Deputado Vignatti, nosso digno Relator. Eu quero primeiramente fazer um agradecimento a V.Exa. Nas reuniões setoriais que foram feitas em todo o País, não foi prevista… Até em deferência, por V.Exa. ser do Estado de Santa Catarina, a reunião da Região do Sul foi no seu Estado. V.Exa., ao atender a um pleito não só nosso, mas de vários outros Deputados do nosso Estado, do Paraná, esteve lá, numa reunião da FIEP/PR, em que tivemos oportunidade de conversar com o Governo do Estado, com várias lideranças políticas, empresariais e comunitárias, sobre projetos a respeito do PPA. E V.Exa. demonstrou o carinho que tem pela Federação como um todo, o carinho que tem pelo nosso Estado do Paraná e o respeito que tem pelos Parlamentares do nosso Estado.

Então, primeiramente, nossa gratidão, Deputado Vignatti, pela sua gentileza de ter ido ao Estado do Paraná para conversar com as lideranças locais.

Queria falar da importância desse trabalho que está sendo realizado. Sem dúvida alguma, o Plano Plurianual é que vai delimitar aquilo que o Governo fará nos próximos 4 anos. E, a despeito de todas as necessidades que o País tem, a despeito de todas as demandas que os Deputados e Senadores apresentaram, V.Exa. procurou, com muita competência, com muita honradez e, acima de tudo, com muito empenho, auxiliar em tudo que podia para que nós pudéssemos atender a nossas demandas.

Quero, então, agradecer pelo acolhimento parcial que V.Exa. nos deu, Deputado Vignatti.

Eu gostaria de fazer 3 destaques. Peço a V.Exa. que os veja com muito carinho.

O primeiro é com relação ao campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Londrina. Trata-se da Emenda nº 3680001. O campus em Londrina é novo, e a universidade está fazendo um belo trabalho, vários cursos já estão sendo oferecidos. Essa emenda para ampliação e aparelhamento seria de grande importância, Deputado Vignatti.

Chamo a atenção de V.Exa. para outra emenda, a qual V.Exa. já acolheu parcialmente, a Emenda nº 3680003. Refere-se à construção do contorno ferroviário na cidade de Apucarana. V.Exa. a atendeu parcialmente, mas precisamos de um valor maior, para que possamos solucionar a questão da linha férrea dentro desse município. Essa é uma questão importante para o norte do Paraná. Com essa ação, V.Exa. não atende somente a cidade de Apucarana, mas o norte do Paraná como um todo.

A outra questão, Sr. Relator e demais pares, trata da área em que mais atuamos aqui em Brasília, com muito orgulho e satisfação: a educação profissional. Sem dúvida alguma, o Governo Lula tem dado uma contribuição muito grande para o fortalecimento e para a criação de novas escolas profissionalizantes.

Ainda este ano, o Governo anunciou a criação de 159 escolas técnicas no País, mas o Estado do Paraná tem uma demanda de novas escolas e de novas oportunidades, para que possamos capacitar a nossa mão-de-obra e a nossa juventude.

Uma emenda que apresentamos, Sr. Relator, e que lamentavelmente não foi atendida — está aqui o Deputado Daniel Almeida, também um grande lutador pela educação profissional no País, muito especialmente na Bahia —, diz respeito à instalação de 2 escolas no Estado do Paraná. A Emenda nº 3680007 refere-se aos Municípios de Ivaiporã e Araucária, 2 regiões importantes do Estado do Paraná. Em Araucária, a PETROBRAS está investindo mais de 2 bilhões de reais, e há uma carência muito grande na capacitação e na formação de

mão-de-obra. A cidade de Ivaiporã, localizada numa região importante no Estado do Paraná, no Vale do Ivaí, não está sendo atendida pelas novas escolas que o Governo está viabilizando.

Portanto, Sr. Relator, peço a V.Exa. que olhe com carinho as emendas e dê atendimento especial a este Parlamentar, que o admira e espera poder ver atendidas essas demandas do Estado do Paraná.

Parabéns a V.Exa., ao Senador José Maranhão e a todos os Deputados e Senadores pela importante aprovação deste Plano Plurianual.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Aelton Freitas.

O SR. DEPUTADO AELTON FREITAS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, uso a palavra para falar do destaque sobre o Programa Luz para Todos, destaque de autoria do nobre Senador Augusto Botelho, de Roraima, que tem o objetivo de contemplar 8 mil ligações naquele Estado. Até agora, contudo, foram executadas menos de 1.800 ligações. Por isso estamos pedindo que seja atendido o Destaque nº 42.

Em segundo lugar, a Emenda nº 20180004, de nossa autoria, aprovada parcialmente, foi contemplada com 23 milhões de reais. Apresentamos o Destaque nº 232 para retirar da Emenda de Bancada nº 71140003 o valor de mais 30 milhões de reais e acrescentá-lo à emenda de nossa autoria, que passa, assim, para o valor de 53 milhões de reais.

Argumentamos, Sr. Presidente, que a BR-154, no Triângulo Mineiro, que liga a cidade de Ituiutaba ao Baixo Vale do Rio Grande, é de grande importância para aquela região, porque liga o Vale do Rio Grande ao Vale do Rio Paranaíba.

Contando com a sua atenção, desde já agradecemos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Estimados Presidente José Maranhão e Relator Vignatti, a quem peço atenção para o que vou expor, Sras. e Srs. Parlamentares, na pág. 11 do relatório do PPA que ora está sendo analisado, consta que, após intensa discussão da matéria com as lideranças do Governo e de partidos nesta Comissão, essa Relatoria contou com o apoio e a intervenção decisiva dos Deputados Zé Gerardo, Rose de Freitas e Wellington Roberto, que participaram como membros do Comitê de Admissibilidade de Emendas. S.Exas. elaboraram relação que contém as programações orçamentárias originárias de emendas do projeto do PPA 2008/2011, passíveis de preliminar ao projeto da Lei Orçamentária 2008.

Aos Deputados mencionados manifesto, de público, nossos agradecimentos, pelo excelente e minucioso trabalho realizado, o que está disposto no texto do Deputado Vignatti.

Sr. Presidente, peço a atenção do Relator, Deputado Vignatti. No Anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO, nas prioridades e metas que contêm os programas, ações e produtos, no Programa 1216 e na Ação Atenção Especializada em Saúde, a Ação 8305, fruto de emenda de bancada do Estado de São Paulo, a Emenda nº 71250001 não consta, não faz parte desse relatório nas ações orçamentárias originárias de emendas de bancadas. Ela não consta quanto ao código do programa e ao código da ação, aspecto que deveria, regimentalmente, conforme o manual e a forma de tramitação da LDO e do PPA, constar, Sr. Relator. Refiro-me ao código do programa e ao da ação da emenda aprovada.

Tomei a iniciativa, inclusive, de conversar com uma das Relatoras, a Deputada Rose de Freitas, que concordou com a observação e nos questionou se poderia ser feita uma emenda ainda nesse período da tramitação. Parece-me que não.

Sr. Presidente, estou apresentando, regimentalmente, pedido de contestação, e o faço publicamente, porque tenho certeza de que, se esse equívoco puder ser corrigido — quero crer que será —, estaremos fazendo não só a regularização de algo que deveria constar no relatório, e não consta, bem como justiça para com o processo de debate democrático com que essas emendas foram apresentadas, acolhidas e aprovadas. Não se trata de defender uma emenda de natureza individual, mas, sim, uma emenda de bancada, de um Estado.

Peço que considere o que acabo de expor, Deputado Vignatti. Isso não consta, até então, do relatório que V.Exa. apresentou.

Vou encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, Sr. Relator, a quem entregarei pessoalmente estas observações e os documentos que trago em mão. Vou registrar, antes do encerramento da discussão, o pedido de contestação, por escrito, com os argumentos e as informações que ora apresentei.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa., ao Relator, aos Sub-Relatores e aos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Comunico aos meus pares que vamos ter de suspender esta reunião, porquanto já se iniciou o processo de votação na Câmara Federal.

Além disso, por outras vias que não a eletrônica, estou sendo informado de que no Senado também foi iniciado o processo de votação.

Vamos suspender esta reunião. Voltaremos a nos reunir após o encerramento da votação na Câmara e no Senado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, fiz uma ponderação a V.Exa. no início desta sessão, tendo em vista que vamos suspender os trabalhos para dar seqüência ainda na noite de hoje por conta da Ordem do Dia na Câmara e no Senado. Apresento o recurso a V.Exa., portanto, ainda embasado em artigo regimental, que deve ser feito pelas bancadas. Indago se eu não poderia formular esse recurso agora, para que V.Exa. tivesse inclusive esse tempo entre a suspensão da sessão e a sua reabertura para amadurecer a idéia e nos responder posteriormente. Refiro-me aos dois blocos de emendas inadmitidas na sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Entendi, Deputado. O objetivo de V.Exa. é legítimo. Todavia, a sessão não pode prosseguir em função do próprio Regimento.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vou fazer outra sugestão a V.Exa.: encaminhe sua consulta, que vejo está escrita, e a Mesa se adiantará na análise técnica das providências a serem tomadas.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO - Certo. Pode ser feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES - Meus cumprimentos, Sr. Relator, pelo relatório. Peço a atenção de V.Exa. para os Destaques nºs 253, 254, 255, 259 e 260, relacionados ao porto do Rio de Janeiro e ao transporte ferroviário naquele Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está suspensa a presente reunião, que continuará após o encerramento da Ordem do Dia no Senado da República e na Câmara Federal.

(*A reunião é suspensa.*)

(O início da reunião não foi gravado.)

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, peço a atenção de V.Exa. para o Destaque nº 441, do qual lhe fornecerei cópia neste momento.

Já discutimos suficientemente a matéria. Solicito a V.Exa. que encerremos a discussão e passemos à votação, se não for possível na reunião de hoje, na próxima que V.Exa. convocará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não havendo mais oradores, declaro encerradas a discussão do relatório e a apresentação de destaques para votação em separado.

Suspendo a presente reunião e convoco os Srs. Parlamentares para a sua continuação amanhã, às 10h, neste plenário.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Declaro reiniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36, de 2007.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, ontem V.Exa. encerrou a discussão do relatório do PPA. Vamos, portanto, a partir deste momento, iniciar o processo de votação, salvo engano...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Se V.Exa. tiver um pouquinho de paciência, vai ver que estou indo mais ou menos pelo caminho que V.Exa. defende.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sim, Sr. Presidente, mas quero apenas ter respondida a questão, que ainda vou apresentar.

Estamos caminhando para votar o PPA e, contudo, há inúmeros recursos apresentados no caso de indeferimento de emendas.

Pergunto, então: V.Exa. submeterá esses recursos à deliberação do Plenário antes ou depois da votação do PPA?

É a questão de ordem que levanto.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Se V.Exa. tivesse esperado 30 segundos, teria visto que estou com os recursos e contestações em mão, e o caminho será exatamente esse.

Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 — peço ao Deputado Claudio Cajado um pouco de atenção ao assunto.

Recursos apresentados nos termos do art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Recurso nº 01, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra. Objeto do recurso: Emenda 35780001, do Deputado Rodrigo Maia.

O autor está com a palavra para apresentação do recurso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, estamos contestando, por meio desse recurso, a não-admissibilidade da emenda que trata do Projeto de Lei do Plano Plurianual. E justificamos nosso entendimento pela admissibilidade, porque houve, quando da análise na Comissão, uma mudança no recurso para provisão de moradia à população de baixa renda por meio do Programa de Arrendamento Residencial — PAR.

Ocorre que foi identificada uma impossibilidade material de implementação, e justificamos, observando que a autoria e o objeto, ou seja, o financiamento de habitações para populações de baixa renda foram integralmente preservados. Dessa forma, não ficou caracterizada a reabertura de novo prazo para emendamento.

Estamos pedindo ao Plenário desta Comissão, com base nesses esclarecimentos, que reforme a decisão da Presidência, declarando admissível a Emenda nº 35780001 apresentada ao PLN 31, de 2007, pelo Presidente do nosso partido, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continua em discussão o recurso. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara Federal.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, apenas uma informação: a votação está sendo feita em relação ao recurso?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Ao recurso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Como vota a representação na Câmara Federal?

Os Srs. Deputados que aprovam o recurso permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam o recurso permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República, também por unanimidade.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Há um acordo entre Líderes agora no sentido de que podemos passar diretamente para a votação do PPA, ressalvados os destaques. Aprovaríamos a matéria, ressalvaríamos os destaques e discutiríamos os destaques na parte da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não são destaques que estamos votando, mas recurso.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Esse foi o objeto da minha a questão de ordem, o recurso obrigatoriamente, porque a Assessoria não identificou se pode ser posterior ou se tem de ser obrigatoriamente anterior à votação do PPA. Foi essa a questão de ordem que formulei. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O entendimento é o de que a votação do relatório deva ocorrer após a votação do recurso, uma vez que o recurso pode alterar o relatório.

Contestações apresentadas nos termos do art. 148, parágrafo único, da Resolução 01, de 2006.

Contestação nº 01, de 2007-CMO, de autoria do Deputado Pedro Novais. Objeto da contestação: art. 14 do texto da lei constante do substitutivo.

O autor está com a palavra para apresentação da contestação. *(Pausa.)*

Por ausência do autor da contestação, a matéria está prejudicada.

Contestação nº 02, de autoria do Deputado Duarte Nogueira. Objeto da contestação: programações orçamentárias originárias de emenda ao Plano Plurianual 2008/2011.

O autor está com a palavra para apresentação da contestação. *(Pausa.)*

Ausente S.Exa., a matéria está prejudicada.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, gostaria de pedir, se for possível, a inversão dessa pauta, para que possamos votar em seguida, a fim de que não tenhamos prejuízo em relação à proposta do Deputado Duarte Nogueira. Se for possível, peço essa inversão, para votarmos outros itens antes deste.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Consulto o Deputado Vanderlei Macris sobre se S.Exa. está se referindo a outras matérias, porque as que foram anunciadas sem a presença do autor já estão prejudicadas. É uma decisão tomada.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu não poderia, em nome do autor, defender essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Não, a matéria já está prejudicada, é matéria vencida.

Ontem foi feita a leitura do relatório. Faltou, porém, a apresentação das erratas. Como há 2 erratas, passo a palavra ao Deputado Vignatti, para fazer a leitura dessas peças do seu relatório.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

"1 - Realocação de Ação.

Realocação da programação da Ação 114-G — Dragagem para Adequação da Navegabilidade em Porto Marítimo do Programa 0639 — Segurança da Navegação Aquaviária para o Programa 1.470 — Gestão de política portuária, do (Ofício nº 475/MP de 21 de novembro de 2007).

2 - Correção de Título de Ação.

Onde se lê 7172 — Construção de Trecho Rodoviário — divisa PI/MA, divisa MA/TO, na BR-253 — no Estado do Maranhão, leia-se: 7172 — Construção de Trecho Rodoviário — divisa PI/MA, divisa MA/TO — na BR-235, no Estado do Maranhão".

Essa foi uma correção feita pelos Deputados, e gostaria que fosse considerada parte deste relatório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, juntamente com a Consultoria, trabalhamos até a madrugada para analisar os 480 destaques apresentados. Atendemos todos aqueles Deputados e Senadores com quem tivemos a oportunidade de conversar ontem à noite ou que fizeram suas reivindicações anteriormente. Agora, há ainda um conjunto de membros da Comissão com quem não tivemos a oportunidade de conversar.

Peço para votarmos o relatório, ressalvando os destaques, porque há uma situação, inclusive levantada pelo PSDB, relativa aos destaques apresentados por esse partido, que precisamos negociar porque é uma questão mais polêmica, digamos, do ponto de vista do atendimento. Assim, vamos ter de discutir uma posição, para ver se conseguimos buscar entendimento em relação a esse destaque do PSDB.

Vou empreender o maior esforço possível para contemplar, de certa forma, o entendimento sobre essa reivindicação do PSDB, que trata do remanejamento de recursos, os 30%.

Ontem, tendo em vista a exigüidade do tempo, não tive oportunidade de agradecer a todos os Deputados e Senadores a deferência feita, o que faço neste momento.

Tentamos atender da melhor forma possível todos e vamos continuar fazendo da mesma forma. Vamos tentar votar à tarde o relatório, com os destaques já negociados.

Agora, ressalvados os destaques, gostaria de pedir a compreensão de V.Exas. para podermos votar de fato o relatório. E todos reconheceram o trabalho feito de forma conjunta na tarde de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continua em discussão a errata apresentada pelo Relator. *(Pausa.)*

Não havendo oradores, passa-se à votação.

Em votação na representação da Câmara Federal.

Como votam os Srs. Deputados? *(Pausa.)*

Aprovada na representação da Câmara Federal, por unanimidade.

Passa-se à votação no Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores? *(Pausa.)*

Aprovada na representação do Senado da República, também por unanimidade.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, gostaria de registrar a posição contrária do PSDB, até porque temos razoável número de destaques que serão parte da negociação que vamos fazer com o Relator a partir de agora, uma vez que foram ressalvados os destaques.

Evidentemente, os destaques que apresentamos visam a uma apreciação mais aprofundada do relatório.

Então, o fato de termos esses destaques — e não sabemos ainda o desfecho da negociação que vamos fazer — nos leva a registrar a posição contrária da bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - V.Exa. deveria ter manifestado a sua ressalva antes da votação, mas, como estava concentrado numa atividade mais importante, deixou passar a oportunidade. Todavia, determino à Secretaria que registre a ressalva de V.Exa.

Apresentação dos destaques.

Quero comunicar aos presentes que o Relator do PPA acaba de pedir, não tendo concluído a análise dos destaques, a suspensão desta reunião, que deverá continuar às 14 horas.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes de V.Exa. suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Pois não.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Exa. compreensão para com a minha contestação, que está sobre a mesa desde ontem.

A Resolução nº 1 criou uma situação nova. Anteriormente, órgãos como o Ministério do Turismo, a CODEVASF, a SUDENE, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura faziam projetos integrados. Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário fazia um assentamento. Nesse assentamento, ele fazia o poço tubular, a urbanização, a casa e as estradas. O mesmo ocorria, e ocorre, com a CODEVASF, que tem 50 anos de existência.

Como a Resolução nº 1 não permite mais emendas genéricas dentro de um complexo de obras para desenvolver uma região, fomos obrigados a especificar a obra que seria realizada. Em razão disso, o Piauí teve 3 emendas de bancada inadmitidas. Minha contestação é no sentido que de o Plenário aprove esse pleito não só do Piauí mas de mais, se não me falha a memória, 8 ou 9 Estados brasileiros. Em nada, essa medida prejudicaria a aplicação da Resolução nº 1. A minha emenda já foi aprovada na LDO e no PPA.

Portanto, submeto-a à votação dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Quero comunicar a V.Exa. que a matéria a que V.Exa. está se referindo será votada na reunião da tarde.

A reunião será suspensa até as 14 horas.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr .Presidente, só para encaminhar.

Os Deputados e Senadores desta Comissão que já conversaram comigo resolveram suas questões. Quero, então, pedir aos que ainda não conversaram e que apresentaram destaques que entrem na fila.

Vou atender os Deputados Giovanni Queiroz e Vanderlei Macris e, após, os demais. O Deputado Cláudio Cajado já foi atendido; o Deputado João Leão será atendido.

Gostaria de selecionar as prioridades juntamente com o Parlamentar interessado. Porque — e esse é um dos grandes problemas que temos — não posso selecionar aquilo que não conheço, mas que é prioritário para o Deputado.

Muito obrigado, Presidente. Agora, vou me dirigir ao atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador João Maranhão) - Está suspensa a reunião até as 14h.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Declaro reiniciada a 6ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36, de 2007.

Tendo em vista não dispormos da lista com o voto do Relator aos destaques apresentados ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011, suspendo a reunião e convoco sua continuação para as 20h de hoje.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continuação da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em 28 de novembro de 2007, às 10h.

Declaro reiniciada a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 36/2007.

Ordem do Dia, Pauta nº 36/2007.

Item 1: Projeto de Lei nº 31/2007-CN, que dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio de 2008/2011. Relator: Deputado Vignatti.

Foram apresentadas 4.209 emendas.

O voto favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, eu apresentei uma contestação sobre várias emendas que foram inadmitidas por esta Comissão, e pedi a assinatura dos membros desta Comissão, que na sua ampla maioria, todos os que estavam presentes aqui ontem assinaram. E já me entendi com os Líderes e com o Plenário para que haja a admissibilidade dessas emendas, para não prejudicar alguns Estados, dentre eles o Estado do Piauí, que teve, das suas 15 emendas, 3 inadmitidas, o que seria um prejuízo irreparável. Então, sendo assim, gostaria de pedir a V.Exa. que submeta à apreciação do Plenário a contestação que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Atendido o pedido do Deputado Marcelo Castro. Naturalmente, o Senador Zambiase e o Deputado Mendes Ribeiro Filho têm a mesma proposição, e a Mesa desde já defere o pedido e vai submetê-lo à apreciação do Plenário.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, Mato Grosso do Sul também tem uma emenda com o mesmo problema.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agora nós vamos iniciar a votação pela parte do relatório referente aos destaques, e em seguida votaremos as contestações apresentadas por V.Exas., que dizem respeito ao Orçamento. Naturalmente, num grau de prioridade, vamos votar logo o PPA, que é o que está em discussão.

Quero comunicar aos Parlamentares que se encontra sobre a mesa um requerimento de contestação de autoria da Deputada Rose de Freitas. Esse requerimento não foi recebido na Secretaria, mas a Deputada alega, e é verdade, que o fez por intermédio do Deputado Walter Pinheiro, que por uma falha, um lapso, não fez a entrega à Secretaria, de maneira que, sem que esta exceção possa constituir-se numa regra, possa transformar-se em regra, quero consultar o Plenário sobre se concorda em apreciar a contestação apresentada pela Deputada Rose de Freitas, já que o § 1º do art. 148 da Resolução nº 01/06-CN diz o seguinte: *"A contestação deverá ser apresentada por escrito, até o final da discussão, e será apreciada preliminarmente à votação da matéria à qual se refere".* A contestação dela é ao PPA; por isso, tem de ser decidida antes do PPA, se o Plenário entender que devo recebê-la e submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares.

Então, quero submeter à apreciação dos Srs. Parlamentares o requerimento de contestação da Deputada Rose de Freitas.

Peço a manifestação da representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da matéria queiram permanecer como se encontram.

APROVADA na representação da Câmara dos Deputados.

Em seguida, submeto à votação da representação do Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores?

APROVADA na representação do Senado da República.

Vamos agora à questão de mérito proposta pela Deputada Rose de Freitas: *"Propõe contestação à decisão sobre a alteração da Emenda nº 13010008 ao Projeto de Lei nº 31/2007-CN — PPA/2008/2011"*.

É o requerimento da Deputada Rose de Freitas, que, se o desejar, poderá fazer a defesa oral de sua proposição.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, vou agradecer o apoio de todos e só dizer que se trata de um erro meu mesmo, que foi cometido na hora de escrever um nome. É uma solicitação ao Governador, não é uma área minha, eleitoral, não é minha área de atuação, não sou a Parlamentar da região. O Governador havia pedido a aprovação dessa emenda para o Município de Linhares; eu estava com um requerimento de Cachoeiro, e troquei: escrevi Cachoeiro. Pedi a correção apenas do nome. A emenda, quero ressaltar, tinha sido aprovada pelo Relator. Apenas quero corrigir, porque a falha foi realmente minha, por esquecimento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu posso comprovar isso, Sr. Presidente, porque eu estava junto da Deputada Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Que se registre o testemunho do Deputado Wellington Roberto sobre o que acabou de afirmar a Deputada Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - E bastaria a palavra da Deputada Rose de Freitas, e nós já votaremos todos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Está em votação a proposta da Deputada Rose de Freitas pela representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA por unanimidade pela representação da Câmara dos Deputados.

Está em votação a proposta pela representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADA também por unanimidade também pelo Senado da República.

Vamos agora passar a palavra ao Relator do PPA, que vai prestar alguns esclarecimentos a respeito do seu relatório sobre destaques, já que houve algumas modificações nesse relatório, nessa separata que foi distribuída ao Plenário da Comissão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Após as explicações do nobre Relator Vignatti, sugiro que se votem em bloco os destaques para dar mais agilidade a esta Comissão, e para que possamos ir para casa mais cedo, até porque há muito a fazer nos Estados amanhã, como também aqui no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, oportunamente voltarei a me pronunciar, mas, antecipadamente, já que houve um requerimento verbal do Deputado Wellington Roberto de votação em bloco, Sr. Relator Deputado Vignatti, eu gostaria de pedir a V.Exa. e ao Presidente que se votem em separado os Destaques nºs 138 e 229. São questões já discutidas com o Relator e com a assessoria, e acordadas. Obviamente, vamos submetê-las ao Plenário para referendá-las.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço ao Deputado Manoel Junior que repita o número.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, nºs 138 e 289. O Destaque nº 138 é referente a um erro no texto, no título da emenda que vamos defender, já discutida com o Relator Vignatti e a assessoria. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Macris, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, a questão que levantamos é fruto exatamente dessa proposta feita pelo colega da Comissão de que haja votação em bloco dos destaques apresentados. Existe uma proposta, fruto de uma ampla negociação feita entre Governo e Oposição, da qual participaram V.Exa., o Relator da matéria, os partidos de oposição e as Lideranças do Governo no Congresso Nacional, o que levou...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço silêncio. Há um orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...o que levou ao seguinte entendimento: existe uma proposta, no projeto, de remanejamento de 30% das dotações do PAC. Essa proposta de remanejamento é de caráter geral. E o entendimento, o acordo que foi feito é de que esses 30% sejam aplicados a cada um dos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. Essa proposta, Sr. Presidente, como parte desse acordo, seria parcialmente atendida, portanto — na emenda que apresentamos —, pelo Relator Vignatti num novo texto, para o qual peço a atenção de V.Exa. e dos colegas da Comissão. E nós gostaríamos, antes mesmo da votação em separado, que requeremos neste momento, desse Destaque de nº 00014, de conhecer preliminarmente o texto que foi preparado pelo Relator, a fim de que possamos cumprir o acordo estabelecido com o PSDB nessa proposta que apresentamos.

Outra questão é o Destaque nº 0016, que trata da autorização de empenho. Nesse caso também, uma emenda de nossa autoria, como parte desse entendimento, deve ser acatada pelo Relator, conforme o acordo realizado, a fim de que a autorização de empenho seja retirada da proposta original do PPA. Portanto, peço também que o Destaque nº 0016, levando em conta o acordo firmado aqui nesta Comissão, seja votado separadamente.

Então, esta é a questão que apresentamos, Sr. Presidente: a votação desses 2 destaques separadamente, e não em bloco, como foi proposto pelo colega.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, por um esquecimento deste Parlamentar, deixamos de apresentar os destaques da bancada do Mato Grosso do Sul, além de alguns destaques de Parlamentares do meu Estado a emendas individuais ao PPA 2008/2011. Já entrei em entendimentos com o Relator, e já, também, cumprindo o art. 132 da Resolução nº 01/06-CN, coletamos as 60 assinaturas, o mínimo para que pudéssemos apresentar o requerimento. Então, eu gostaria de registrar, para que conste na ata, que nós estamos sanando toda essa situação, e vamos levar os destaques ao Plenário, no dia da discussão, para que o Relator possa acatá-los e para que Mato Grosso do Sul não seja penalizado em relação às emendas ofertadas ao PPA 2008/2011.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nós queremos aqui reafirmar o acordo, o entendimento que foi firmado com a Oposição. Nós realmente vamos acatar parcialmente o texto que vai ser apresentado pelo Relator Vignatti, para que possamos de fato ter no projeto os 30% do PAC. Então, queremos aqui, pela Liderança do Governo, dizer que reafirmamos o que acertado: votar no texto apresentado pelo Relator agora, com atendimento parcial do destaque apresentado pelo Deputado Macris, o que nós consideramos que é um bom entendimento, para que possamos continuar avançando aqui nos projetos, que poderão ser remanejados, mas, evidentemente, com a participação desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, eu apresentei um destaque para a colega Deputada Tonha Magalhães, e houve um lapso da Consultoria, que não o entendeu. Não é um acréscimo de

valor, mas só um remanejamento dos anos de 2009, 2010 e 2011, tirando-se um pouco desses 3 anos para o ano de 2008. Entreguei aos consultores e eles não entenderam que seria um pedido de remanejamento. Por isso, como sugeri a votação em bloco, peço que se vote em separado esse destaque que apresentei para a colega Tonha Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço a V.Exa. que diga o número, para que a Secretaria anote.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Está um pouco ilegível aqui, Sr. Presidente, porque é uma cópia. Mas o destaque é de minha autoria.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, eu requeiro que sejam votados em separado os Destaques nºs 350, 351 e 352. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, o Deputado Vitor Penido, que se encontra aqui no plenário, apresentou uma emenda que constou do relatório inicial. É uma ação 7H08, aprovada no Anexo da LDO. Nesse relatório inicial ela constou. Esse relatório mostrou as ações originárias de emendas a serem atendidas com base no Item 2716.1, o que não constou, posteriormente, no rol das aprovadas no relatório da PPA. Essa emenda ao PPA é a de número 24890001, Sr. Relator, e o autor está pedindo um posicionamento a esse respeito, e a correção, para incluí-la, porque ela constava no relatório inicial e depois não mais constou.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu gostaria de saber da Deputada Rose de Freitas se foi feito o pedido de destaque, porque, se não foi feito, isso está sem solução.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Foi um erro que aconteceu. O Relator pode explicar.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, tenho a impressão de que nesse caso não se poderia fazer pedido de destaque, porque o que houve foi apenas que a emenda desapareceu.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Tenho a impressão que é um fato *sui generis* e tem de ser examinado de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Relator, para prestar os esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Primeiro, Srs. Deputados, vou pronunciar-me sobre todos os assuntos aqui pautados. Todos eles estão dentro do acordo construído no dia de hoje. Nenhum deles está fora do acordo.

Sobre essa situação, estou acatando a solicitação por adendo, porque houve uma falha e ficou fora do relatório, do Anexo de Metas, uma emenda que estava aprovada, apresentada ao PPA.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Muito bem, Sr. Relator. Parabéns.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Foi a única forma de atender ao Deputado: por adendo. Então, estou atendendo a ele por adendo. O adendo sobre essa questão está aqui. Vou pedir à assessoria que distribua cópias aos Srs. Deputados, e vou atender o pedido por adendo, conforme acordo feito hoje à tarde com o nobre Parlamentar e com a Consultoria do Orçamento.

Sobre a questão, Presidente, levantada por Humberto Souto, quero dizer que estou, já de antemão, acatando os destaques aqui levantados por Humberto Souto. Ele apresentou esses destaques, mas hoje acabamos não entabulando um processo de negociação; dessa forma, ele terminou não sendo priorizado, não sendo contemplado no relatório. Então, os 3 destaques apontados eu vou atendê-los parcialmente, os do Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sobre a questão da Universidade Federal da Paraíba, também vou fazer a correção, da seguinte forma: *"expansão do ensino superior no Estado da Paraíba"*. Isso resolve também o problema da Paraíba.

Sobre a questão das correções, dos destaques, primeiro temos o Destaque nº 146 — para os senhores acompanharem —, do Deputado Júlio Cesar. Pelo entendimento sobre esse destaque, leia-se R$ 60 milhões, em vez de R$ 50 milhões.

No Destaque nº 406, aprovado parcialmente, leia-se R$ 21 milhões.

No Destaque nº 104, o valor leia-se R$ 62.987.847,00.

No Destaque nº 497, onde está "Senadora Lúcia Vânia", o autor é Eduardo Valverde.

Feitas essas correções, também dessa forma, considerando a correção da Paraíba, acato os Destaques nºs 138 e 229, que corrigem um problema da bancada da Paraíba nesse sentido, como foi pedido aqui pelo Relator setorial da educação, o Deputado Manoel Junior.

Sobre a questão do Deputado Geraldo Resende, do Mato Grosso do Sul...

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Os números são 138 e 289, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Corrigindo, nºs 138 e 289.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Agradeço a V.Exa., e ao mesmo tempo já peço ao Presidente que se vote em bloco, diante das explicações do Relator.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Há mais 2 situações: a reivindicação do Deputado Geraldo Resende, Mato Grosso do Sul, que nós vamos atender na votação do Plenário, do Senado e da Câmara, do Congresso Nacional, tendo em vista que do Mato Grosso do Sul a maioria das emendas eram do Anexo de Metas, e vamos fazer essa correção, já assinada por todos os Deputados; da mesma forma, a do Deputado Fabinho, que ontem não pôde estar presente e não destacou as suas emendas, vamos atender também no Plenário, e peço que todos colaborem com a assinatura daquilo que o Deputado Fabinho levanta.

Sobre o entendimento feito com as várias Lideranças recentemente, com a anuência do Presidente da Comissão, entendimento esse que o Deputado Macris, Líder do PSDB, levantou, junto com o Deputado Eduardo Sciarra, que negociou essa questão, eu peço que o Deputado faça o destaque, como já o fez aqui, para voto em separado, até que chegue a um consenso sobre a redação, a não ser que já exista o consenso e eu já possa fazer a leitura aqui do artigo. Se não há consenso sobre a redação, eu tenho uma proposta de redação, já feita aqui.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Relator, se me permite, eu acabei de receber agora o texto fruto desse entendimento que fizemos, e, do ponto de vista do PSDB, Sr. Presidente, está exatamente dentro da proposta, do entendimento, do acordo que nós fizemos.

Portanto, tenho, em nome da bancada do PSDB, posição favorável à aprovação desse texto, que gostaria que V.Exa. fizesse a leitura no momento oportuno, quando da votação da proposta.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o mesmo para o Democratas, já que atende exatamente àquilo que acordamos em reunião prévia.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Nobre Relator, sobre os Destaques para Votação em Separado nºs 2, 3 e 4, da colega Tonha Magalhães, não é acréscimo de valores, é um remanejamento que pedi que fosse feito.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, acato, porque só há a mudança para 2008. Está acatado esse destaque, Deputado, sem problema algum.

Vou passar à leitura, a pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, meu caro Relator, vou pedir algo, por dever de consciência, porque conhecemos a dificuldade porque passa a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca para implementar no Brasil uma política nacional para o setor pesqueiro, tanto para a pesca artesanal, quanto para a aqüicultura.

Vários Deputados desta Comissão apresentaram emendas e destaques ao que foi orientado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.

Peço a V.Exa. que considere a votação em separado dos Destaques nºs. 495, 494, 496, 501 e 500.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Peço a V.Exa. que repita o número claramente, para a Secretaria anotar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, Destaques nºs. 495, 494, 496, 501 e 500, de diversas autorias, voltados ao incremento da política de pesca e aqüicultura no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Vignatti, para prestar alguns esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, atendo parcialmente os levantamentos feitos pelo Deputado Eduardo Valverde aos destaques apresentados.

Vou passar à leitura do texto acordado. Pode ser, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, lê-se, no art. 12: *"O Poder Executivo fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária consignada para atendimento das ações relativas ao PAC, mediante o remanejamento de até 30% do montante da dotação alocada no Programa de Aceleração do Crescimento, na Lei Orçamentária anual"*. Passa-se a lê-lo da seguinte forma: *"O Poder Executivo fica autorizado a suplementar, por decreto, a dotação consignada nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC —, integrante da Lei Orçamentária Anual, devidamente identificada no SIAFI, até o limite de 30% de cada ação, mediante o cancelamento de até 30% de cada ação orçamentária integrante do PAC, exceto outros critérios que foram fixados pela Lei Orçamentária anual""*.

Sr. Presidente, essa é a redação acordada e mencionada recentemente pelos 2 Líderes.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. está pedindo a palavra?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, lê-se: *"... de 30% de cada ação, mediante o cancelamento de até 30%."* Talvez V.Exa. não tenha percebido, mas passou: *"mediante o cancelamento de até 30%"*.

Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Sr. Presidente, a próxima alteração, atendendo ao destaque de redação do nobre Relator Geral do Orçamento, Deputado José Pimentel, para fazer as correções necessárias na Lei Orçamentária, tendo em vista que o trâmite do Orçamento e do PPA, no prazo de apresentação das emendas, não teve o mesmo período, exceto 2008. É importante ressaltar isso à justa redação, decorrente da aprovação parcial do Destaque nº 170, de autoria do Deputado José Pimentel. Inclua-se no § 5º, do art. 17: *"O Poder Executivo fica autorizado a incorporar a alteração que trata o Inciso III, do art. 16, desta lei, decorrente da aprovação da Lei Orçamentária para 2008, podendo ainda incluir os demais elementos necessários da atualização do Plano Plurianual. Inclua-se o art. 26, remunerados os demais. Fica revogado o Inciso I, do art. 3º, do art. 20, da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007. Esta lei entre em vigor na data de sua publicação"*.

O Deputado José Pimentel, se necessário, pode esclarecer determinadas emendas feitas por algumas bancadas, que seriam rejeitadas por não estarem contempladas no PPA. Estamos acolhendo essas emendas. Senão, teríamos que aguardar a votação o PPA e ler todas as questões dos relatórios setoriais. Portanto, com exceção para 2008, nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a LDO havia fixado que as obras de grande vulto seriam superiores a 10 milhões e 500 mil reais. O parecer do PPA está determinando que seja, no mínimo, acima de 20 milhões de reais. Com isso, todas aquelas emendas apresentadas, com o valor superior a 10 milhões e 500 mil reais, como não sendo de grande vulto, teriam que ser rejeitadas pelo Relator Setorial ou pelo Relator Geral, caso não ficassem fixadas em 20 milhões de reais.

Portanto, o objetivo desse destaque é permitir que todas as emendas, até 20 milhões de reais, sejam acolhidas pelos Relatores setoriais e confirmadas pelo Relator Geral, sem qualquer prejuízo posterior, como agravante. Se porventura, aprovássemos, poderia o ordenador de despesas do Executivo também rejeitar a sua implementação, sob a argumentação de que havia discrepância entre os valores da LDO e do PPA, para resguardar que o Tribunal de Contas viesse a rejeitar ou apresentar qualquer sugestão posterior.

Esse é o objetivo do destaque.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Concedo a palavra ao Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, indago ao nobre Relator, Deputado Vignatti, se S.Exa. leu a correção do Destaque nº 00104, de minha autoria. O valor passou do solicitado. É uma correção em cima desse destaque.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Nobre Deputado, está feita a correção desse destaque.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Cumprimentando o que os Deputados Vanderlei Macris e Eduardo Sciarra apresentaram do art. 15, que apresenta uma alteração. Onde diz *"modifica essa alteração",* leia-se, no art. 15, da seguinte forma: *"Os órgãos centrais de planejamento e orçamento federal processarão o cadastramento dos empreendimentos do PAC e o monitoramento das execuções fiscais, orçamentárias e financeiras de cada empreendimento respectivo, contratos e convênios".* Confere?

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - E suprimir o art. 14, conforme o acordo construído.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o termo *"a autorização de empenho",* de que trata o artigo anterior, foi suprimido do texto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Continua facultada a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO - Sr. Presidente, peço a palavra apenas para agradecer ao nobre Relator pela nobreza do ato de acatar a emenda de construção de um hospital na região mais pobre da capital de meu Estado. Também com relação ao Luz para Todos, programa que não avançou em meu Estado; havia o plano de 8.000 ligações até o próximo ano. Foram feitas menos de 1.800, mas há necessidade de, além dessas 8 mil, mais 3 a 4 mil para satisfazer todo o Estado.

V.Exa. acatou a proposição. Nesse sentido, gostaria de lhe agradecer, em nome dos agricultores familiares do meu Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, pelo que estou observando, parece que não existe muito questionamento sobre os destaques. Então, sugiro a V.Exa. que passemos à votação. Não é que eu esteja muito apressado, mas já são 22h02min.

Quanto a mim próprio, a não ser que tenha lido errado, estou satisfeito com o atendimento que me concedeu meu amigo, Deputado Vignatti.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vamos proceder à votação dos destaques, sem fazer a leitura, porque são muitos, e a relação que V.Exas. receberam contém todos eles, salvo os que dela não constaram por alguma omissão, mas que já foram esclarecidos pelo Relator.

Votaremos a parte que diz respeito tanto aos destaques aprovados, como os parcialmente aprovados e como os rejeitados, nas 3 categorias, excluídos da votação aqueles que serão votados em separado.

Srs. Parlamentares, o art. 138, § 2º, da Resolução nº 1, 2006-CN, estabelece:

> *Art. 138.....*
>
> *§ 1º.....*
>
> *§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após aprovação de requerimento para votação em globo dos destaques.*

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados os destaques constantes da relação distribuída ao Plenário.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade.

(*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Em seguida, vamos submeter à votação a relação referente aos destaques aprovados parcialmente pelo Relator, cuja relação está aí, salvo os destaques, que passarei a ler agora, que não constam da relação, mas que, conforme já decidido, comporão a relação dos aprovados parcialmente.

O Relator muda o voto dos Destaques nºs 289, 350, 351, 352 e 406, que haviam sido rejeitados, e os aprova parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados a relação de destaques aprovados parcialmente, com o aditivo apresentado pelo Relator.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação no Senado Federal.

Em seguida, passa-se à votação na representação do Senado da República.

Como votam os Srs. Senadores?

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados por unanimidade também na representação do Senado da República.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Vignatti, pode ter sido um erro de redação, de interpretação. Há um destaque supressivo com relação àquela construção do prédio do Conselho de Justiça, quando foi acatado o corte de 50%, e aqui está pela rejeição. Acordamos que seria feito o corte. É um prédio de 60 milhões de reais para o Conselho, Sr. Presidente. Calcule se o Conselho de Justiça Federal precisa de prédio de 60 milhões de reais.

Sugeri o corte, que foi acatado, e não está aqui. Está pela rejeição aqui, Deputado Vignatti. É o Destaque nº 453.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, o Deputado Vignatti, para um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - O entendimento do Deputado Giovanni Queiroz é correto. Eu estava consultando para ver o que aconteceu, porque o seu entendimento foi construído na tarde de hoje, juntamente ao Deputado. Devido à necessidade dessa correção, eu quero retificar, se possível, pela aprovação, como sugeriu o Deputado, porque ele é supressivo e não pela rejeição. Não é isso, Deputado Giovanni Queiroz? Ele é supressivo e não pela rejeição.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Supressivo. Exato.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Então, vou fazer a correção desse erro.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - V.Exa. opinou pela rejeição, Deputado Vignatti.

(Apartes paralelos fora do microfone. Inaudíveis)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Uma explicação sobre a solicitação do Deputado Giovanni Queiroz: houve falha na digitação e a sua emenda, por equívoco, aparece na relação dos projetos pela rejeição. Nesse caso, vamos submeter a voto, depois das explicações oferecidas pelo Deputado Giovanni Queiroz e pelo próprio Relator do PPA, o Destaque nº 453, que é supressivo.

Vamos fazer a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque do Deputado Giovanni Queiroz, conforme acabou de explicar o próprio Relator, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em seguida, na representação do Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam o destaque do Deputado Giovanni Queiroz queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Em seguida, vamos à votação da relação de destaques pela rejeição, ressalvado o destaque que acabamos de aprovar, que equivocadamente se encontrava na relação de rejeição, e os destaques com pedidos para serem votados em separado.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que aprovam a relação de rejeição com a ressalva dos destaques em separado queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Como os destaques são pela rejeição, a matéria não vai à votação no Senado. Encerra-se na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Temos um destaque supressivo de número 491, pela rejeição. É sobre a questão do empenho. E eu queria saber se ele está nessa relação, uma vez que, pelo entendimento que fizemos, esse destaque não pode ser rejeitado, ele tem que ser aprovado de maneira integral e não parcialmente. Gostaria de prestar esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Creio que essa matéria, fruto de entendimento, já foi excluída da relação do Relator.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vamos agora passar à votação em separado.

Destaque nº 14.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam ...

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Uma correção aqui, Sr. Presidente. Este é o parecer que li anteriormente, sobre o entendimento inicial daquela questão. Por isso, o destaque agora é votado já com o entendimento lido aqui no início pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente esse destaque deve ser rejeitado parcialmente com o texto que foi lido?

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Ele é pela aprovação parcial.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pela aprovação parcial, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vamos à votação do Destaque nº 14, na forma proposta pelo Relator em entendimento havido com a bancada representada pelo Deputado Vanderlei Macris.

Passa-se à votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria como proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

Vamos agora ao Destaque nº 16, da mesma forma, objeto de entendimento e esclarecimentos prestados pelo Relator do PPA.

Votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria na forma proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado da República.

Quero consultar o Deputado Vanderlei Macris sobre o Destaque nº 491. Foi objeto também de acordo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Esse destaque, Sr. Presidente, tem o mesmo objeto e muda o número porque foi feito novamente, em função do substitutivo e não mais da proposta original.

Não sei se a Mesa vai considerar prejudicado esse destaque, mas ele pode ser aprovado também, conforme o entendimento que tivemos.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Estou aprovando parcialmente, dentro do acordo já estabelecido e lido aqui. Então, atendo parcialmente. Não precisa prejudicá-lo, não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Vamos ao Destaque nº 491, que, conforme o acordo celebrado com a representação da bancada de oposição e o Relator do PPA, deverá ser aprovado parcialmente na forma proposta.

Vamos fazer a votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam a matéria, conforme explicado pelo Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Passa-se à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria na forma proposta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade na representação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Agora vamos ao Destaque nº 494, de autoria do Deputado Eduardo Valverde.

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde para falar sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Como já tinha comentado, boa parte dos Deputados apresentou emendas para a Secretaria da Pesca, a pedido do Ministro, visando fortalecer no Brasil uma política de agricultura e pesca.

Fiz o destaque a pedido de diversos Deputados que conversaram com o Ministro da Pesca. Em face dessa conversa, os Deputados apresentaram as emendas.

Como defensor da pesca, solicito ao Relator que acolha o destaque, porque só assim a Secretaria de Pesca terá condições de dar continuidade ao trabalho de desenvolver a pesca no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. tem 5 destaques: nºs 494, 495, 496, 500 e 501. Consulto V.Exa. se podemos fazer votação em bloco.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - O Relator informa que mantém o voto.

Passa-se à votação...

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Voto favorável.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - O atendimento que fiz ao destaque do Deputado Eduardo Valverde é parcial. O atendimento parcial que temos feito, tendo em vista que isso é uma questão de grande vulto, é de 20 milhões. O atendimento parcial por emenda é de 20 milhões. Então, o atendimento é parcial, não pela rejeição.

Temos que fazer essa mudança, senão rejeito o destaque do Deputado Eduardo Valverde.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Esclareço que o Relator, retificando o seu voto, propõe a aprovação parcial das 5 emendas de autoria do Deputado Eduardo Valverde, que, consultado, concorda em fazer a sua votação em bloco.

Vamos iniciar a votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam os 5 destaques já referidos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam os destaques na forma proposta pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação do Senado Federal.

Igualmente declaro prejudicados os destaques constantes da separata que foi fornecida ao Plenário da Casa. Não há votação, porque já foram declarados prejudicados.

Encerramos a votação do PPA...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - V.Exa. está nervoso demais, Deputado. Tenha paciência. Encerramos a votação do PPA. Não estou dizendo que encerrei a sessão.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para registrar que o Deputado Vignatti foi muito gentil e diligente e pôde, com seu trabalho, logicamente com a assessoria de primeira qualidade que esta Casa tem, fazer um bom relatório do PPA.

É claro que fica o Governo a dever a esta Casa. Quando vier o PPA, que traga junto as metas propostas para que não incorramos em cheques em branco a fim de que várias obras sejam edificadas neste País.

Fica o Governo devendo, porque as correções não puderam ser feitas a contento, uma vez que se desconhecem os objetivos e as metas a serem alcançadas.

Meus parabéns ao Deputado Vignatti pela forma gentil, cortês e decisiva com que enfrentou o PPA e aos nossos assessores da Casa.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Tem a palavra o Deputado Wellington Roberto pela ordem.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, cumprimento o nobre Relator Vignatti, que, de uma forma democrática e simples, soube tratar seus companheiros com muita altivez e lealdade.

Parabenizo V.Exa., Deputado Vignatti, como amigo e companheiro da Câmara dos Deputados.

Parabenizo também todos os consultores, o Wagner, o Fidelis, e todo o quadro da Consultoria da Câmara que prestou um relevante serviço ao Relator do PPA.

Parabenizo ainda o Sr. Presidente, Senador José Maranhão, a Sra. Myrna e todos os pares desta Comissão, os Senadores e as Senadoras.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, assim como fizeram meus colegas, cumprimento V.Exa., como Presidente desta Comissão, e especialmente o Deputado Vignatti.

Falo aqui como um Deputado do PSDB, de oposição. Ao longo desse processo de votação do PPA, especialmente no momento crítico do debate e da discussão do remanejamento de 30% das obras do PAC, pudemos, de maneira bastante adulta e séria, construir um entendimento entre Governo e Oposição capaz de garantir e principalmente preservar o interesse do Legislativo, desta Casa, e dar continuidade ao processo de fiscalização e acompanhamento das ações do Governo e da gestão pública.

Portanto, Deputado Vignatti, V.Exa. teve um papel importante nesse processo. Foi um papel que objetivou o entendimento, e não o confronto. Tenho certeza de que poderemos passar, de maneira adulta e conseqüente, a construir, entre Governo e Oposição, defendendo os interesses da sociedade e deste Parlamento, a possibilidade de atuarmos também no Orçamento dessa maneira.

Cumprimento V.Exa., o Sr. Relator, todos os consultores da Casa e os consultores da bancada do PSDB, pois conseguimos construir esse entendimento.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, fiz uma contestação sobre algumas emendas de vários Estados brasileiros que foram inadmitidas. Isso traria um prejuízo muito grande a esses Estados, notadamente ao Piauí que teve, entre suas 15 emendas, 3...

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Permita-me dizer, Deputado Marcelo Castro, que V.Exa. terá amplo direito de palavra para defender a sua contestação, até porque ela será lida, e dar-se-á um enlace melhor entre o discurso de V.Exa. e a contestação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Pois não.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Manoel Junior.

O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o nobre Relator, Deputado Vignatti, pelo esmero que teve no trabalho realizado em conjunto com toda a consultoria que o apoiou. E gostaria de exaltar o belíssimo processo democrático aqui realizado, não somente entre os Deputados membros desta Comissão, mas também nas participações de todos que não a integram, principalmente nas audiências públicas. Parabéns ao nosso Relator, pela sensibilidade, ao percorrer as regiões do nosso País, de perceber as diferenças regionais e tentar, na sua peça, fazer reparações, até porque o Orçamento é justamente preconcebido não apenas para ser um instrumento do Executivo, mas principalmente para reparar as desigualdades regionais.

Gostaria de agradecer a V.Exa. a forma como tratou os meus destaques, sempre atendendo ao solicitado em nossas emendas. Parabéns também ao Senador José Maranhão pela forma como tem conduzido pontualmente os trabalhos da Mesa, votando agora o PPA. Quem sabe, antes do Natal, concluamos nosso trabalho nesta Comissão e possamos votar o Orçamento de 2008.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sem querer arrematar e já arrematando, tenho certeza de que o Congresso Nacional, em especial esta Comissão, oferecerá este presente de Natal ao povo brasileiro: a aprovação do Orçamento do País.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra a Deputada Rose de Freitas.

A SRA. DEPUTADA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente, tenho certeza de que o que vimos nesta Comissão foi um trabalho de equipe. Gostaria de parabenizar o Presidente por ter conduzido os trabalhos com tranqüilidade; reconhecer no Relator esta pessoa tranqüila, capaz de dialogar com todos, até para dizer "não", "sim", "talvez". Evidentemente esta equipe que está aí, acompanhada dos nossos assessores, produziu este resultado. Também não podemos esquecer que contamos com a colaboração da Myrna, diuturnamente conosco, e do assessor do nosso Relator.

Sr. Presidente, temos de agradecer a esses funcionários a paciência, porque muitas vezes trouxemos nossas demandas de maneira aflitiva, procurando uma solução que não se encontrava em tempo tão exíguo.

Parabéns, Sr. Presidente, de coração pelo seu trabalho, em nome do PMDB. Deputado Vignatti, V.Exa. fez um trabalho brilhante e foi, de acordo com nossos interesses, um conciliador do nosso País nesta peça orçamentária.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA - Meu registro é breve, mas quero associar-me àqueles que aplaudiram o Relator Vignatti pelo belo trabalho realizado em seu relatório. Trata-se de um relatório inteligente, eficiente e que procura contemplar as aspirações das diversas bancadas e dos diversos Parlamentares. Meus cumprimentos a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os Deputados Vignatti e José Pimentel pelas audiências externas que realizaram. Sei que é um sacrifício para o Parlamentar ter um fim de semana para estar em sua base, e eles estiveram, por vários finais de semana, fazendo audiências na sexta, na segunda e na quinta-feira. Isso foi muito importante para a visão que o Parlamentar precisa ter, na hora de atender aos destaques, às emendas, de saber o que está sendo tratando. Ele esteve no Estado, ouviu todos que participaram das audiências públicas, as lideranças, o Governador, o Secretário de Estado, a Federação da Indústria.

Portanto, é muito importante que estas audiências públicas, que são uma inovação da Resolução nº 1, multipliquem-se. Não tivemos, lamentavelmente, os debates que deveriam ter ocorrido nas Comissões Temáticas com os Relatores Setoriais para tratar do Orçamento de cada Ministério, para que as emendas de remanejamento tivessem uma discussão mais ampla. Apesar de ser a primeira execução desta nova resolução, esses debates não aconteceram. Mas o Deputado Vignatti está de parabéns porque S.Exa. cumpriu sua parte indo aos Estados, às regiões, não só nas audiências programadas, pois fez várias extras, inclusive no Estado do Paraná. Tenho certeza de que, por isso, seu relatório vai sendo aprovado com tranqüilidade. S.Exa. sabe, em cada destaque, em cada emenda, o que está sendo aprovado, o que está favorecendo o progresso do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Sem nenhuma referência a qualquer pessoa, essa resolução foi aprovada pelo Congresso Nacional. Se ela é boa ou má, houve falha do Congresso Nacional. Portanto, de todos nós.

Por isso estamos fazendo um esforço muito grande, Deputado, os que estão à frente da Comissão de Orçamento, para flexibilizar a aplicação da resolução, até porque, do contrário, não teríamos ido a lugar algum. Essa flexibilização foi feita graças ao espírito conciliador do Relator do PPA, do Relator-Geral assim como dos Relatores Parciais e sobretudo dos membros dos Comitês de Admissibilidade de Emenda que formularam uma

inteligente equação que nos permitiu avançar e caminhar diligentemente, como estamos fazendo, apresentando resultados positivos.

A vida é assim. Como diz o sertanejo da Paraíba: *"O serviço ensina".* O Congresso Nacional fez uma resolução munido das melhores intenções, lamentavelmente o resultado não foi o desejado. Mas aqui tivemos a habilidade, a competência e a sabedoria de construir uma equação que está nos permitindo trabalhar com a eficiência que todos reconhecem.

Com a palavra o Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V.Exa. pela maneira como tem conduzido a nossa Comissão, muito especialmente nesta apreciação do PPA. Cumprimento também o Deputado Vignatti que sempre esteve à disposição de todos os Parlamentares, inclusive, como disse o Deputado Ricardo Barros, indo aos Estados, até aos Estados que não estavam programados. V.Exa., com muita gentileza, participou de reuniões, ouviu a comunidade como um todo. É desta maneira que vamos construir aquilo que queremos para o País. Agradeço especialmente a sua gentileza em acatar nossas emendas.

Não posso também, Sr. Presidente, deixar de reconhecer o trabalho da assessoria desta Casa. Em nome da Dra. Myrna, nossa competente secretária, estendo os nossos cumprimentos e agradecimentos a toda a equipe competente da consultoria que tem, sem dúvida alguma, prestado um relevante e fundamental trabalho não só para esta Comissão como também para o País.

Parabéns a todos. Continuemos neste mesmo caminho para a votação, se Deus quiser, até o final deste ano, do Orçamento de 2008.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Humberto Souto.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO SOUTO - Sr. Presidente, gostaria de aproveitar, pedindo desculpas pelo adiantado da hora, para cumprimentar o Relator do PPA, esse jovem Deputado. Conheço as dificuldades para se chegar a um bom termo, e S.Exa. chegou. Fui Presidente desta Comissão e participei durante muitos anos desta Comissão e conheço as dificuldades de conciliar interesses e decidir honestamente os conflitos que aqui se evidenciam.

Está de parabéns, V.Exa., pelo trabalho que realizou, pela maneira paciente, tolerante e lhana com que tratou os Parlamentares e pela maneira correta, distinta, digna e honrada com que conseguiu aprovar o projeto.

Aproveito, ao mesmo tempo, para cumprimentar o Presidente da Comissão que também teve papel de grande distinção na forma isenta, mas correta e segura, como conduziu os trabalhos. S.Exa. não transigiu em momento algum com nenhuma postulação que não fosse a mais digna que honrasse esta Comissão.

Nós, que assistimos à votação e ao trabalho que vem realizando a Comissão, ao votar o PPA, não poderíamos deixar de fazer esta distinção ao nosso querido Relator pelo trabalho que desempenhou com eficácia, eficiência e inteligência.

Estendo meus cumprimentos à assessoria na pessoa da Myrna, minha secretária na Comissão muitos anos atrás e que vejo até hoje competente, capaz de efetivamente honrar seu trabalho e dignificar os funcionários da Câmara dos Deputados. Meus parabéns, Myrna, por seu trabalho e por sua dedicação aos Parlamentares e para com os trabalhos técnicos. Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Com a palavra o Deputado Vignatti, para dirigir sua saudação.

Aliás, o Deputado Vignatti, revelou-se unanimidade. Cada um de nós tem reconhecido suas qualidades, sua isenção e, sobretudo, seu espírito de grupo.

Evidentemente não há um organismo mais grupal do que o Parlamento. Individualismo é a palavra que não deveria nunca existir na vivência e no trabalho do Congresso Nacional. É importante que se tenha esse espírito de grupo e que se tenha, inclusive, a fortaleza de reconhecer quando se erra, quando se falha. A única diferença que existe entre o erro cometido por homens de má-fé e o erro dos homens de bem é que os homens de bem, quando erram, procuram corrigir seu erro; e quem age de má-fé procura esconder os próprios erros.

Nesta Comissão não houve um momento em que algum de nós, integrantes desta Comissão, não tenha cometido um deslize sequer. Houve falhas, imperfeições, o que sempre haverá, pois errar é humano.

Esse jovem Deputado deu-nos a certeza de que fez o melhor como Relator do PPA. Aliás, tal peça é novidade neste Orçamento. Esta é a primeira vez que se faz o relatório de PPA com detalhamento, zelo e com a preocupação do acerto, o que agora conseguimos realizar graças à disposição e colaboração dos integrantes da Comissão e, diria também, que de todo o Congresso Nacional e graças à forma inteligente com que o nosso Relator soube captar a intenção e a contribuição dos integrantes da Comissão.

Deputado Vignatti, estou jogando os confetes, mas fique certo que não é para lhe conquistar, absolutamente, até porque o que VExa. fez de bom ou de mal já está feito. Não existe mais retorno.

Estou fazendo isso, porque eu acho que as pessoas que trabalham com honestidade, com transparência, como V.Exa. trabalhou, merecem o reconhecimento de todos os Companheiros.

Estou fazendo isso também, porque vou pedir licença agora aos Companheiros para me ausentar.

Acho que não há mais nenhuma dúvida aqui.

Existem 2 contestações e 1 recurso.

Eu vou pedir ao Senador Augusto Botelho, nosso querido Companheiro, que tem sido tão freqüente nas reuniões, que assuma a Presidência, porque eu vou ter que me ausentar para uma reunião da bancada do meu Partido no Senado da República.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - CPMF.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Maranhão) - Pode ser.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - Senador José Maranhão, antes de V.Exa. sair, eu também quero fazer, inicialmente, um agradecimento a V.Exa., pela condução do trabalho.

Eu acho que, quando nós trabalhamos da forma que trabalhamos, fazemos um trabalho de equipe.

Então, eu quero dividir com os Srs. Deputados e Srs. Senadores a construção desse relatório no dia de hoje. Acho que, mais do que nunca, todo o mundo colaborou nesse processo, ajudou e foi compreensivo nesse processo. Então, foi um trabalho de muita gente que ajudou, de muitos colaboradores que construíram esse processo aqui nesta Comissão.

Então, eu quero também dedicá-lo de forma direta aos membros desta Comissão e agradecer a todos.

Segundo, quero também fazer um agradecimento a toda a equipe de funcionários; à equipe de meu gabinete, por intermédio da Anahi Reis, que me assessora, que é economista nessa área; ao Mário Capp, em nome da equipe do meu Partido, que nos assessora; ao Fidelis Fantin e todos os consultores que estão aqui presentes, sem nomear todos, ressaltando o trabalho que o Fidelis Fantin teve oportunidade de fazer, ao assumir pela primeira vez a grande tarefa como consultor do PPA nesta Casa. Quero também cumprimentar a Myrna, e em seu nome saudar todos os funcionários, que tiveram a disponibilidade de viajar pelo Brasil, de acompanhar as audiências públicas, deixando aqui sua família, no final de semana. Então, à Myrna e a todos os funcionários que colaboraram nesse processo da construção das idas e vindas estendo os meus agradecimentos.

Quero fazer outra menção aqui, que acho que muitas pessoas às vezes se esquecem. Eu acho que houve, pela primeira vez, uma grande divulgação por parte da imprensa em geral, mas especialmente pela imprensa desta Casa, da TV, do rádio, do jornal e da Agência Câmara, que trabalharam e divulgaram muito. Isso colaborou, inclusive pela quantidade de emendas, para o interesse com relação ao PPA. Todo o processo do PPA, todas as audiências públicas, fato a fato, tudo isso foi extremamente divulgado por esta Casa e também pelos órgãos de imprensa do Senado Federal.

Isso colaborou de forma fantástica para a transparência desse processo. Nós não escondemos nada em nenhum momento, e fomos extremamente transparente com relação à imprensa.

Quero fazer menção também ao Comitê de Emendas, que nos ajudou muito no processo de entendimento que precisava buscar, no acolhimento das emendas, a fim de sanar as dúvidas que precisavam ser sanados nesse processo todo.

Então, por fim, Senador, quero desejar boa-noite a todos, sem mais delongas, porque nós vamos ter oportunidade de falar depois, no Congresso Nacional, com mais tempo, até para aprovar as 2 reivindicações das 2 bancadas aqui, no tocante aos recursos do Rio Grande do Sul e do Piauí, que estão aqui há tempo aguardando.

Então, queria saudar todos e agradecer a todos. Muito obrigado.

Desculpem-me se eu deixei de citar alguém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Botelho) - Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2008. Contestações apresentadas, nos termos do art. 148, parágrafo único, Resolução nº 1 de 2006.

Contestação nº 1 de 2007, da CMO, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Objeto da contestação: inadmissibilidade da Emenda nº 71220016.

Esta Presidência defere a contestação, por atender aos estabelecido no art. 148 da Resolução nº 1 de 2006, do Congresso Nacional.

O Autor está com a palavra, para apresentação da contestação.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Obrigado, Presidente, Senador Augusto Botelho.

É apenas uma correção, Presidente. Na realidade, nós estamos obedecendo a orientação do próprio Comitê, de inadmissibilidade. Após diálogo com os Deputados Claudio Cajado, Ricardo Barros e Vignatti, nosso companheiro que tem atendido a tantos e tem sido tão gentil, enfim, procuramos obedecer a essa orientação, para que a região metropolitana de Porto Alegre seja atendida com a extensão, a construção, a expansão e a melhoria da malha metroviária da TRENSURB — Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, atendendo Canoas, Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, visando, inclusive, a Copa de 2014.

Precisamos realmente que o Plenário acolha essa contestação, para corrigirmos essa questão e vermos atendida a expansão da linha do metrô na região metropolitana de Porto Alegre. Esta matéria já está aprovada no PPE, e, caso ela não seja atendida pelo Plenário desta Casa, podemos ficar sem a emenda no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - Seria necessário que o V.Exa. lesse essa primeira página da contestação, só a primeira parte.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Contestação ao parecer de inadmissibilidade da Emenda nº 7122.0016, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Apresentamos contestação, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, relativa à admissibilidade da Emenda nº 7122.0016, apresentada ao PLN nº 31, de 2007, Projeto de Lei Orçamentária para 2008 — PLOA 2008. A inadmissibilidade decorreu da decisão havida na reunião da Comissão de Orçamento, em 23 de novembro de 2007.

Preliminarmente, requer-se seja conhecida a presente contestação, para seu posterior provimento, em razão de a matéria aqui tratada ainda não ter sido apreciada conclusivamente por esta Comissão, não incidindo, portanto, no caso em tela, o disposto no art. 148, §§ 1º e 4º, da Resolução nº 1, de 2006.

Acolhida esta contestação, verificado encontrarem-se presentes todos os pressupostos de seu deferimento, contidos no art. 148 da Resolução, requer-se seja determinado o acolhimento da alteração solicitada pelos autores ao Presidente da Comissão, uma vez que não houve mudança do objeto, e seja declarada pela Comissão a admissibilidade da referida emenda.

Não acolhida a contestação, requer desde já o recurso previsto no parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Esta é a contestação, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - A contestação está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, a discussão está encerrada.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em discussão no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

O Relator deseja fazer uma rápida correção.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VIGNATTI - É sobre alguns destaques que acolhi aqui, que ficaram sem o valor. Para não deixar qualquer dúvida no atendimento dos destaques que foram feitos aqui, o valor mínimo é de 20 milhões.

O SR. SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI - Sr. Presidente, apenas gostaria de agradecer à Comissão a compreensão e esse gesto que teve aqui. Este Plenário está permitindo que as obras de expansão do TRENSURB na região metropolitana de Porto Alegre tenham continuidade, de maneira que uma antiga reivindicação da capital gaúcha possa ser atendida.

Agradecemos a compreensão de todos e a solidariedade desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - Obrigado, Sr. Senador.

Contestação nº 2, de 2007, de autoria do Deputado Marcelo Castro.

Objeto da Contestação: inadmissibilidade das Emendas nºs 7103.0008, 7126.0005, 7113.0015, 7117.0016, 7119.0005, 7119.0010, 7119.0011, 7120.0021 e 7122.0017.

A Presidência defere a contestação, por atender ao estabelecido no art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O autor está com a palavra para apresentar a contestação.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, essa contestação foi apresentada pelo mesmo motivo da anterior. Essa é mais ampla, porque, enquanto a anterior cingiu-se apenas ao Rio Grande do Sul, esta diz respeito a todos os Estados brasileiros e a todas as emendas que foram inadmitidas pela mesma razão.

Então, apresentamos a contestação, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, relativa à admissibilidade das Emendas nºs 7103.0008, 7126.0005, 7113.0015, 7119.0005, 7119.0010, 7119.0011, 71200021 — a 7117.0016 está prejudicada porque já foi aprovada — e 7122.0017, apresentadas ao PLN nº 31, de 2007, Projeto de Lei Orçamentária para 2008 — PLOA 2008. A inadmissibilidade decorreu de aprovação do relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas — CAE, apreciado no dia 23 de novembro de 2007 por esta Comissão.

Preliminarmente requer-se seja conhecida a presente Contestação, para seu posterior provimento, em razão de a matéria aqui tratada, o Projeto de Lei Orçamentária para 2008, ainda não ter sido aprovada conclusivamente por esta Comissão, não incidindo, no caso em tela, o disposto no art. 148, §§ 1º e 4º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Acolhida essa contestação, verificado encontrarem-se presentes nessa contestação os pressupostos de seu deferimento, contidos no art. 148 da Resolução, requer-se seja determinado o acolhimento da alteração solicitada pelos autores ao Presidente da Comissão, uma vez que não houve mudança, mas especificação do objeto, e seja declarada pela Comissão a admissibilidade da referida emenda.

Sendo assim, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que a submeta à votação em plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Castro.

A contestação está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado.

Está aprovada a contestação, Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - Há mais um recurso. Um momento.

Recurso apresentado nos termos do art. 15, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Recurso de autoria do Deputado Régis de Oliveira.

Objeto do Recurso: Emenda nº 50120005, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

O recurso está prejudicado em função da ausência do autor.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, esperei que fossem votadas as contestações primeiro, para deixar registrado o nosso agradecimento, em nome da Liderança do Governo, da Senadora Roseana Sarney e dos demais Vice-Líderes, Deputado Walter Pinheiro e Deputado João Leão, ao Relator, Deputado Vignatti, à Presidência da Comissão e a todos os Líderes da base e também da Oposição pelo apoio para que concluíssemos nesta noite a votação. Se Deus quiser, na próxima quarta-feira, na sessão do Congresso,

encerraremos a votação do PPA, para que possamos nos concentrar na Lei Orçamentária. Acho que é um avanço.

Ao mesmo tempo, gostaria de cumprimentar o Deputado Ricardo Barros. A Resolução foi um esforço da Casa. Vamos aperfeiçoando, acho que é com o tempo que vamos realmente melhorando. Mas ela já nos ajudou a avançar, uma vez que estamos concluindo a votação do PPA com tempo, com folga, para podermos nos dedicar, então, à Lei Orçamentária, o que facilita muito. Gostaria, principalmente, de ressaltar a democratização, a abertura dos seminários que fizemos, no ano passado, por uma decisão da Comissão, mas neste ano, por uma norma. Considero fundamental permitir que a população tenha uma participação maior.

Deixo, portanto, a toda a assessoria técnica da Comissão e dos partidos, os nossos cumprimentos.

Vamos agora para casa com a consciência tranqüila de que demos mais um passo para que possamos, de fato, antes do Natal, se Deus quiser, concluir a votação da peça orçamentária e do Plano Plurianual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - Todos esperamos por isso.

Antes de encerrar a reunião, convoco reuniões extraordinárias a serem realizadas no dia 4 de dezembro, terça-feira, às 10h e às 14h30min.

Gostaria de louvar os membros da Comissão, os nossos funcionários, os servidores e todos os assessores pelo trabalho desenvolvido.

Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V.Exa. que convocasse também uma reunião para quarta-feira, às 10h, pois se houver algum problema na terça-feira à tarde, só poderemos convocar reunião para a outra terça-feira à tarde. E não custa nada deixar convocada uma reunião para quarta-feira, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - O Plenário prefere que seja na terça-feira.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Tudo bem. Mas é preciso convocar com 24 horas de antecedência. Então, temos de convocar agora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Augusto Botelho) - Gostaria de deixar claro que, na próxima semana, serão convocadas reuniões todos os dias para a votação dos relatórios setoriais. Portanto, desde já, ficam convocadas reuniões para todos os dias da próxima semana para a votação dos relatórios setoriais. Os horários serão divulgados na sexta-feira pela Secretaria.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, corroborando as palavras do Deputado Gilmar Machado, quero lembrar que há anos não votávamos o PPA antes do Orçamento.

E, embora muitos estejam lamentando essa resolução, é preciso ressaltar que não há nada a lamentar. Quero ver a dificuldade que aqueles que querem modificá-la terão para convencer os demais, porque a resolução produziu efeitos excelentes. Pena que, por conta de discussão de interpretação, os comitês tenham sido nomeados de forma atrasada; pena que os Relatores Setoriais não atuaram durante todo o ano, embora estivessem nomeados. Mas tenho certeza de que, a partir do próximo ano, as pessoas terão mais clareza do poder e da facilidade que têm agora. As próprias bancadas poderão chamar o Relator Setorial e levá-lo ao seu Estado, para mostrar as obras prioritárias. E, dessa forma, os Relatores terão mais clareza em relação ao que estão aprovando nas suas decisões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Botelho) - No próximo ano, a Comissão será renovada 100%. Então, teremos de ter alguém para orientar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.